

Não se Combate a Inflação Aumentando a Miséria do Povo

Intensificar as Ações de Massas na Luta Contra a Carestia e a Fome

A luta contra a carestia da vida, em defesa do valor real dos salários e vencimentos, contra a especulação e pela imediata realização das reformas de base impõe-se hoje como um dever inelutável dos trabalhadores e das massas populares. É um dever imposto até pela necessidade de sobrevivência.

O Governo, especialmente através do Ministério da Fazenda, mostra-se muito preocupado com a inflação. Algumas medidas já foram tomadas, enquanto outras são prometidas. De que medidas se trata? Até agora, as que foram postas em prática resultam em mais sofrimentos para o povo e mais favores para os privilegiados: ao mesmo tempo em que os preços se elevam, 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros foram doados à Standard Electric e cerca de 200 milhões de dólares estão para ser apresentados à Bend and Share em troca de ferros velhos que, em verdade, já pertencem ao povo brasileiro. Quanto às medidas prometidas, enquadram-se nessa mesma orientação: ao passo que o aumento do funcionalismo é fixado em 40% (abrindo um período em que o custo de vida se elevou em 70%), estão sendo discutidas novas e escandalosas concessões aos latifundiários e exportadores de café, enquanto insistem em seguir esse caminho desastroso, os representantes do Governo fazem apelos platônicos às chamadas "classes produtoras" e reclamam dos trabalhadores uma "trégua salarial". Trégua para quê? Para amaciar com o suor e a fome dos trabalhadores os 200 milhões de dólares que se pretende entregar aos magnatas lanques da Bend and Share por um acervo que de fato já nos pertence?

Os trabalhadores já responderam a essa pergunta, definindo a sua posição de luta. Diz o último manifesto do CGT, entregue ao sr. João Goulart: «Os trabalhadores sempre lutaram pelo desenvolvimento econômico do País e por medidas de combate à inflação, mas não podem concordar com uma política financeira que impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras e deixa intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as generosas subsídios aos grandes concessionários e produtores. São essas subvenções e subsídios que abastecem a inflação lucros inimagináveis. São eles que abastecem com a inflação lucros inimagináveis. São eles que devem pagar agora o custo da política inflacionária, e não os trabalhadores, que sempre foram as grandes vítimas da inflação».

A luta contra a alta dos preços e em defesa dos salários é a luta pelas reformas de base e por uma política econômica-financeira que afaste as causas reais da inflação, isto é, que enfrente a espoliação imperialista e punha fim aos privilégios usufruídos por uma minoria de potentados e negociatas.

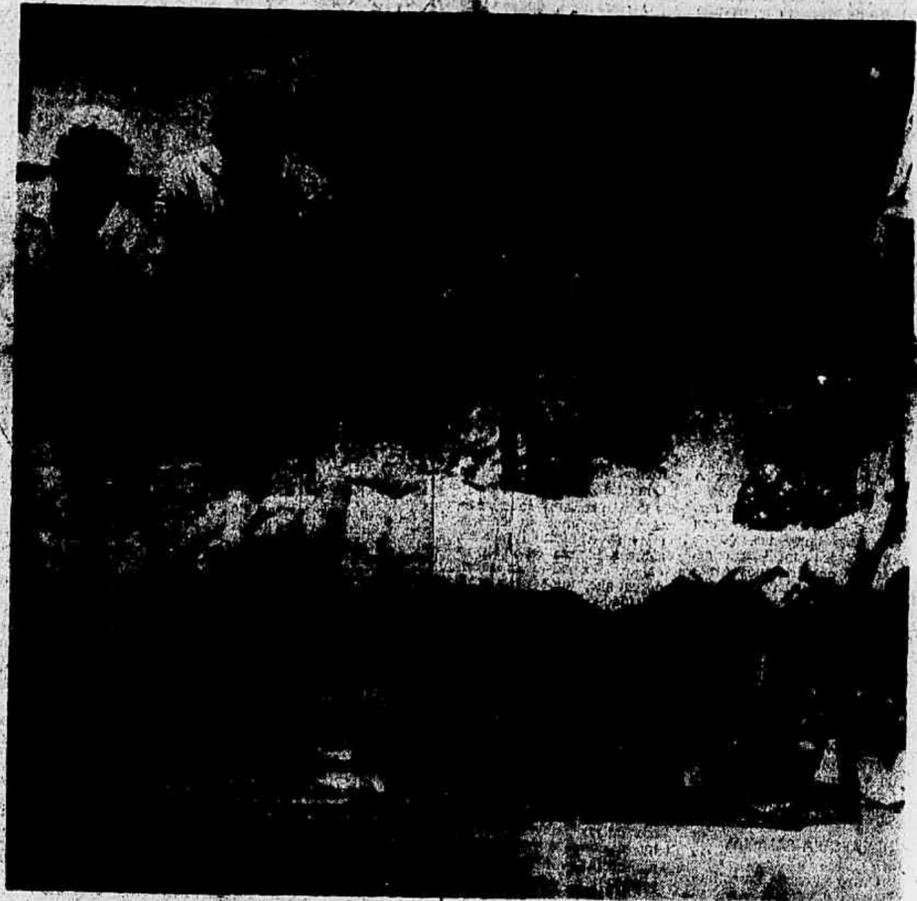
Este é o sentido da luta em que estão empenhadas as massas brasileiras, ao lado de todas as demais forças patrióticas e progressistas. Isso foi o que disseram, claramente, os dirigentes sindicais ao presidente da República. A mesma coisa foi dita, no dia 6 de janeiro, por mais de 10 milhões de brasileiros que, nas urnas, responderam NÃO.

Este é o instante em que têm de ser invertidos os termos da política econômica-financeira. O combate à inflação não pode ser feito aumentando ainda mais a miséria das massas, e sim acabando com os privilégios dos beneficiários da inflação.

Os trabalhadores, os funcionários públicos e as massas populares não aceitam nenhuma trégua em sua luta reivindicatória. Ao contrário: estão decididos a intensificar essa luta e a redobrar a sua exigência da realização das reformas de base. Para manter-se fiel aos seus compromissos e aos sentimentos nacionais — expressos de forma maciça no último plebiscito — o Sr. João Goulart, hoje na plenitude dos poderes presidenciais, não tem outro caminho a seguir senão o que lhe é apontado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, pela Frente Parlamentar Nacionalista e, em geral, a opinião pública do País.

NOVOS RUMOS

ANO IX — Rio de Janeiro, semana de 15 a 21 de Janeiro de 1963 — Nº 209



Discurso de posse de Arraes

Na 7ª página, integral de importante pronunciamento do governador de Pernambuco

Que Fim Levou o Salário Mínimo?

Reportagem na 8ª página

Gorilas lanques Planejam Nova Agressão a Cuba

Texto na 3ª página

São Paulo: Metalúrgicos e Têxteis Irão à Greve Para Receber o 13º Mês

Texto na 2ª página



Diálogo Jango-CGT: Trabalhadores Querem Política Para o Povo

Texto na 3ª página

Punir Lacerda e Seus Cúmplices

A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Assembléia Estadual de Guanabara para apurar a chacinha de mendigos do rio da Guarda pela polícia do governador Lacerda está encontrando obstáculos à sua atuação. Alega-se a incomunicabilidade dos presos, que estão sob júdice. Pode ser que juridicamente esteja tudo muito certo, de acordo com os códigos. Do ponto de vista da apuração dos fatos, semelhante ocorrência só pode prejudicar as investigações e acobertar os altos responsáveis pelos crimes contra os mendigos. Lacerda, o nazista Gustavo Borges e seus apeniguados devem estar exultantes com a paralisação da atividade da Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por deputados de vários partidos, inclusive do partido do governador, a UDN.

Carlos Lacerda, Gustavo Borges, Boror e companhia estão possuídos de legítima recusa do prosseguimento da apuração da chacinha de mendigos. Tentam por todos os meios impedir que os fatos sejam investigados até o fim e se revelem as suas verdadeiras proporções, pois segundo se acredita a matança de mendigos não se limitou a uma dezena de miseráveis ou pouco mais, conforme se constatou até agora. Acredita-se, ao contrário, que houve mais de uma centena de vítimas dos celerados da polícia lacerdistas.

Carlos Lacerda continua a eximir-se da responsabilidade pelo abominável assassinio de pedintes de Guanabara. Alega, entre outras coisas, que os policiais que atagavam mendigos vinham dos tempos de Getúlio Vargas e seriam amigos de Juscelino Kubitschek. E Boror, o famigerado torturador de presos políticos, que Lacerda fez desenterrar e a quem tornou um dos seus mais íntimos celebradores na polícia carioca? A denúncia já foi feita. Boror está envolvido também nos crimes do rio da Guarda. É, portanto, um sistema, um clima que propicia tais crimes e que Lacerda contribui decisivamente para manter.

O povo brasileiro, ainda estupefato ante a prática do método lacerdistas de resolver um gravíssimo problema social — a mendicância, fruto da miséria, do crime, da espoliação do País pelo imperialismo e do domínio do latifúndio — está exigindo a punição implacável dos mentes e torpedos da polícia de Lacerda. Mas não pode Lacerda — esse Tranco Ruas da grandifugação — fugir à responsabilidade principal por um crime que chama aos céus e ante o qual protesta a consciência nacional. A exigência unânime é esta: que prosiga a apuração do crime do rio da Guarda, levada às suas últimas consequências, inclusive, como sugeriu o ministro da Justiça, João Mangabeira, com a decretação do impedimento do governador de Guanabara.

MCP mostra teatro de hoje

Mostras de cariocas tiveram oportunidade de conhecer nos últimos dias — no Teatro Nacional de Comédia e no Sindicato dos Metalúrgicos — amostras da arte teatral que se está fazendo em Pernambuco. Pleno sucesso obteve nesta breve temporada no Rio o grupo teatral do Movimento de Cultura Popular com seus cantos corais belíssimos e as peças inspiradas em motivos populares nordestinos: "Incelença" e "Julgamento em Novo Sol". Os jovens artistas do MCP conquistaram os justos aplausos do público. Debates que se seguiram aos espetáculos — entre o público, artistas e autores — convenceram do empenho com que a juventude recense colabora na renovação da arte cênica nacional. Vem a esta foto um momento da peça "Incelença", de autoria de Luis Marinho. Ler na pág. 5 reportagem de Regina Montana.

Grande Vitória dos Bancários

Em reunião realizada no tarde de ontem, quarta-feira, o Tribunal Regional de Trabalho, decidiu, por sete votos a zero, que os bancos do Estado de Guanabara terão de pagar aos seus empregados as gratificações normais a que estes fazem jus, sem quaisquer restrições ou descontos. Os bancários receberam festivamente a decisão, que representa grande vitória para o movimento que a categoria ora empreende.

Cerício em Caxias sábado

Sábado, 16, às 16 horas, os trabalhadores de Caxias realizarão um grande cerício na Praça do Pacto-ador a respeito da atual situação nacional. Falarão o deputado federal Demétrio Baptista, os deputados estaduais Aristóteles Miranda Melo, Eliseo Balmalho e Afonso Celso Nogueira Monteiro, além de dirigentes sindicais de Caxias.

Os comunistas e o governo Ademar de Barros

Texto na 4ª página

O Plano Trienal e o combate à inflação

Artigo de JOCOB GORENDER na 4ª página

Depois da vitória dos bancários

S. Paulo: Metalúrgicos e Têxteis Irão à Greve Para Receber o 13.º Mês

São Paulo (Da sucursal) — Com o salário completamente lotado, os metalúrgicos da capital realizaram animada assembleia para debater o pagamento da gratificação de Natal, que várias empresas se recusam a efetuar. Ao fim dos trabalhos, decidiram concluir as demais categorias profissionais que lutam pela mesma reivindicação a uma ação conjunta.

VITIOSOS OS BANCÁRIOS

Grande repercussão vem obtendo o desfecho do caso dos bancários. Por 4 votos a 3, o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa àquela categoria pro-

fissional. Como é sabido, dias atrás os bancários de São Paulo realizaram greve de um dia, diante da tentativa dos patrões de não cumprir um legítimo direito adquirido. Embora o DOPS, naquela ocasião, desencadeasse tremenda reação contra os "piquetes", milhares de bancários não compareceram ao trabalho, numa demonstração de sua combatividade e grau de organização. O TRT, então, apresentou proposta conciliatória, aceita pelos bancários, em assembleia, e rejeitada pelos bancários. Mantendo-se mobilizados e preparados para qualquer ação que visasse a se tornar necessária, os bancários decidiram aguardar o julgamento do dissídio. Es-

te, como já ficou dito acima, lhes foi favorável.

AÇÃO CONJUNTA DE DIVERSAS CATEGORIAS

A vitória dos bancários repercutiu intensamente nas outras categorias. Grande número de empresas do ramo metalúrgico concediam gratificações que, em alguns casos, ultrapassavam o equivalente a 240 horas de trabalho. A lei que instituiu o abono de Natal, não aboliu tais gratificações. No entanto, grandes firmas, como a ARNO, ATLAS, VEMAG, UTIL e outras, vêm-se recusando a pagá-las. Os trabalhadores dirigidos pelo seu sindicato,

to, não têm permanecido de braços cruzados. Os operários da ARNO paralisaram o trabalho, por duas horas. O mesmo fizeram operários de várias seções da VEMAG, por alguns minutos. Esses fatos, e o elevado comparecimento observado na assembleia, de sua entidade da classe, demonstram a disposição de luta dos metalúrgicos. Levando em consideração, além dos metalúrgicos, os trabalhadores têxteis, em laticínios e de outros setores profissionais, travam a mesma luta, decidiram os metalúrgicos dirigir um convite a todas as categorias interessadas, para uma ação conjunta. Para isso, encaminharam ofício ao

Facto de Unidade Interindustrial, solicitando-lhe que coordene essa ação. A ideia que predominou na reunião entusiasticamente acolhida pela enorme massa presente foi a de uma greve de todas as categorias atingidas.

CRITICAS A JUSTIÇA

O dirigente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, Antônio Chamorro, em sua oração, criticou a Justiça do Trabalho por "Regulamentação da lei do abono de Natal" de forma injudicial a determinadas parcelas de trabalhadores do setor têxtil.

Batalha Salarial Para Enfrentar a Carestia

José Leão da Costa, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos (GB)

O reajustamento salarial é uma necessidade para todos os trabalhadores, que há alguns meses conseguiram elevar os níveis então existentes graças às lutas desencadeadas.

Tudo mundo sabe que todos aqueles que tiveram seus salários majorados no último semestre, e mesmo os que passaram a receber o novo salário mínimo, já estão nas mesmas condições em que se encontravam antes dos reajustamentos, em virtude do aumento incontornável e vergonhoso do custo da vida.

Exemplificando com o caso dos metalúrgicos que trabalham nas empresas sediadas no Estado da Guanabara e nos municípios do Estado do Rio, onde o sindicato tem extensão de bases, devo dizer que depois de uma campanha salarial, a mais importante que realizamos, conseguimos um aumento salarial de 60% com teto de 18 mil cruzeiros, Cr\$ 18.320,00 de mínimo para a época, a vigência a partir de 1.º de agosto de 1962, a mais 5% a partir do corrente mês.

Eis que se passaram 6 meses da prática do aumento referido. E a realidade é que ele está completamente superado, isto em virtude do custo de vida ter aumentado estupidamente. Arroz, feijão, carne e outros gêneros de primeira necessidade tiveram seus preços elevados, em certos casos, a mais de 150%, e para ridículo dos que governam este país, o subarabote sonaga impunemente diversos gêneros ao povo tendo o efeito de provocar novos e estúpidos aumentos, numa atitude profundamente irresponsável e criminosas.

Com a entrada em vigor, a partir de 1.º de janeiro, do novo salário mínimo, registrou-se como das vezes anteriores, o nível salarial, isto é, todos aqueles que já ultrapassaram a condição de serventes, até os profissionais, em sua maioria absoluta, ficaram nivelados ao atual salário mínimo com poucas diferenças para mais, em alguns casos.

Isso acontece não por culpa do salário mínimo, que ao contrário foi decretado pelo governo em nível muito inferior ao que o movimento sindical reivindicou, mas em virtude de que os senhores empregadores, na ansia de conseguirem maiores lucros, não se preocupam em valorizar a mão de obra profissional e muito menos proporcionar a seus empregados, de modo geral, um nível salarial mais compensador, não vendo, inclusive, a importância de manterem uma justa hierarquia salarial em seus estabelecimentos.

Para cúmulo dos absurdos, nossos atuais governantes inventaram um tal plano trienal, que no fundo não passa da continuação da chamada da 204, de triste lembrança, inspirada na política do Fundo Monetário Internacional. Para aplicar tal política, os governantes têm a coragem de afirmar que os salários são responsáveis pela alta do custo de vida e aconselham os trabalhadores a não reivindicarem aumento de salários durante algum tempo, concitando-os a fazerem mais sacrifícios, etc.

Será que não bastam os sacrifícios que os trabalhadores têm feito? Por acaso as greves gerais que os trabalhadores realizaram, a votação na CIG e o NAO para dar ao governo condições de trabalhar foi para isso? O presidente dizia que não podia fazer nada porque estava com pés e mãos amarrados. Os trabalhadores e as forças progressistas desamarraram-nos, cumprindo o seu dever, e agora exigem que o governo cumpra o seu.

As dificuldades que a Nação atravessa devem ser resolvidas pela redução ao mínimo dos lucros das empresas estrangeiras que operam no Brasil, principalmente os grandes trustes internacionais; pela liquidação dos poderosos monopólios internos que constituem o chamado poder econômico e do latifúndio, realizando a reforma agrária já para que possamos ter abundância de gêneros

de primeira necessidade e por preços à altura das possibilidades do povo, e para que o país se desenvolva em todos os sentidos.

Para realizar um programa desse tipo os governantes podem contar com o apoio dos trabalhadores e do povo. O contrário se dará se procurarem soluções nas costas dos trabalhadores que com seu trabalho e suor generoso construíram a riqueza e o progresso do país, enquanto verdadeiros parasitas vivem nababescamente.

A classe operária e os trabalhadores em geral não pode, absolutamente, morrer vítimas da miséria e da fome. É por isso que os metalúrgicos, como muitos trabalhadores, em diversas empresas, lançaram-se à luta pela conquista de um reajustamento salarial imediato, dizendo aos empregadores através de manifestações e por outras formas quanto querem de reajustamento e como deve ser feito, pois se ficar o critério dos patrões, eles o farão a seu modo, e não de forma a atender aos interesses dos trabalhadores.

É preciso que a inteligência dos metalúrgicos se estenda às demais empresas do setor, o que terá o inteiro apoio do Sindicato, mesmo porque a nova campanha salarial, em virtude do último acordo, só começará daqui a 6 meses e não haverá quem possa resistir até lá se não se conseguir já um reajustamento dos salários imediatamente em vigor. Como esta não é uma situação apenas dos metalúrgicos, é claro portanto que todos os demais setores de atividade farão o mesmo. E não pode ser de outra maneira, pois é este o caminho mais imediato para se conseguir enfrentar a ganância desenfreada dos tubarões e a tendência perniciosa dos responsáveis pela crise em que vivemos de querer atirar sobre o povo os custos da sua irresponsabilidade, principalmente sobre os trabalhadores.

As tentativas para amortecer o seu espírito de luta, os trabalhadores responderão intensificando cada vez mais suas batalhas reivindicatórias e a luta geral pela independência do país.

Em São Paulo

Fazenda de Café em Ourinhos: 140 Famílias em Greve Desde o Dia 1

Estão em greve, desde o dia 1.º de fevereiro, 140 famílias que trabalham na Fazenda Lajeado, em Ourinhos, Estado de São Paulo. Apenas reduzida, simo número de empregados continua trabalhando, apesar da tremenda coação de policiais, inclusive do DOPS, a mando dos fazendeiros. A causa da paralisação foi o não atendimento das reivindicações que os colonos vêm pleiteando há bastante tempo. Apesar de tratar-se de direitos assegurados pela CLT, o administrador e os fazendeiros não deram a mínima importância à comissão de empregados que lhes fez entregar um memorial aprovado na assembleia que os trabalhadores da fazenda haviam feito no dia 20 de janeiro, na sede de sua entidade, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Ourinhos.

lário mínimo, 8 horas de trabalho, descanso remunerado, férias, etc. As 140 famílias que trabalham na fazenda, em sua maioria há mais de 5 anos (existem vários com mais de 10 anos de casa), nunca receberam férias nem descanso remunerado. Os diaristas, apesar de serem obrigados a trabalhar de sol a sol, ganham apenas 300 cruzeiros por dia. Os colonos, que são ajudados por seus filhos e mulheres no trato do café, recebem em média somente 6.000 cruzeiros mensais.

GREVE E PASSATA

Em vista da recusa dos patrões em atender à comissão de trabalhadores, no dia seguinte foi realizada, quando decidiram estes dirigir-se ao Promotor Público. Este convocou os empregados para uma mesa-redonda, mas a situação não se modificou. Devido a intransigência patronal o único recurso foi a greve.

Declarada a greve, 140 famílias em greve dirigiram-se ao Fórum de Ourinhos empunhando cartazes, onde denunciavam a brutal exploração a que há anos vêm sendo submetidos pelos latifundiários da Fazenda Lajeado. Ao percorrerem as ruas centrais da cidade, pararam em frente à residência do vice-prefeito e a seguir procuraram o líder do PTB, vereador Alvaro Ribeiro de Moraes que, usando da palavra, lhes prometeu todo o seu apoio.

SOLIDARIEDADE

Foi inestimável a colaboração da rádio local. Os grevistas, através dos microfones da emissora, expuseram sua situação de fome e miséria. Ao contrário da rádio, o jornal "O Diário da Sorocabana" trouxe os fatos. Apresentam o justo movimento como sendo parte de um plano subversivo dirigido por elementos estrangeiros. Apesar disso, o povo cada vez aumenta mais sua solidariedade.

O advogado constituído pelos trabalhadores, dr. João Bento, e uma comissão escolhida pelos grevistas, tiveram uma audiência com o promotor e os empregados. Estes, propuseram "aumentar" os diários para 350 cruzeiros. Sobre as demais reivindicações, não se quer falar. E como os empregados recusassem tal proposta, os fazendeiros demitiram todos os grevistas. O clero local, que se aproximara dos assalariados em greve quando de sua chegada à cidade, procurando dar apoio, depois que foram demitidos afastou-se totalmente. Enquanto isso acontecia, o povo oferecia sua solidariedade às 140 famílias, através de mantimentos, roupas, ajuda em dinheiro, etc.

DRT AJUDA

Em virtude do impasse criado, a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, por meio do seu presidente, sr. José Fortes e a União dos

Trabalhadores Agrícolas do Brasil, por seu dirigente, sr. Lindolfo Silva, com o apoio de vários outros dirigentes sindicais da capital, conseguiram que a Delegacia Regional do Trabalho determinasse que o posto local interessasse a fim de tentar encontrar uma solução para o caso. Três mesas-redondas foram realizadas (uma dentro da fazenda), todas sem nenhum resultado, dada a intransigência dos latifundiários.

AUMENTA A SOLIDARIEDADE

Esgotados todos os recursos locais, uma comissão de 6 grevistas, tendo à frente o presidente da Associação, sr. Roque Pedrosa da Silva, com o apoio do movimento sindical da Capital, esteve na DRT para que fossem convocados os empregadores e o objetivo de participarem de uma mesa redonda, a qual ficou marcada para o dia 12, às 14 horas, na DRT.

AS REIVINDICAÇÕES

Desaja na os grevistas e que a lei garante, isto é, sa-

600 Mil Barnabés Vão Dizer à Jango Que 40% Não Passa de Esmola

Os funcionários públicos, unidos em todo o País em torno da reivindicação de 70% sobre os atuais níveis, vêm reafirmando, através de suas entidades de classe, que não aceitarão, de forma alguma, os 40% sugeridos no Plano Trienal elaborado pelo sr. Celso Furtado.

Segundo afirmou à reportagem de NR o sr. Carlos Taylor, presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, é esse o sentimento geral do funcionalismo, o que pode ser constatado pelas pilhas de telegramas mensagens de apoio que chegam diariamente à sede da entidade.

SALÁRIOS INEGUOS

Na sua grande maioria, os servidores públicos ganham salários baixíssimos. Basta dizer que a média dos vencimentos dos servidores — atualmente e há muitos anos — é bem inferior ao salário-mínimo do Estado de Guanabara, e que 70% ganham menos de 30 mil cruzeiros.

O Plano de Classificação, por ter tramitado durante longos anos no Congresso, deturpa o atendimento ao funcionalismo no que toca à questão salarial. Em 1961, depois de duras lutas, conquistaram os servidores a chamada paridade e o aumento mais de um ano de-

pois, isto é, em abril de 1962, um aumento percentual de 40%, muito inferior à percentagem de elevação do custo de vida.

O nível 1, inicial de carreira pública, foi fixado em Cr\$ 13.440,00, salário mínimo então vigente no Rio. Ao mesmo tempo a lei estabelecia que nenhum servidor poderia receber menos que o salário mínimo da região em que atuasse localmente.

Diante disso, a situação atual oferece aspectos que causam pasmo. O salário mínimo foi agora alterado. Para atender ao que determina a lei, o funcionário de nível 1, por exemplo, lotado no Estado de Guanabara, passou a receber um complemento, igual à diferença entre Cr\$ 21.000,00 (novo mínimo) e Cr\$ 13.440,00 (vencimento) correspondentes ao nível inicial).

No entanto, os que estão lotados em outras regiões recebem um complemento bem menor, como é claro. Acontece então que um trabalhador classificado no nível 1 recebe o total de Cr\$ 21.000,00, se trabalhar no Rio, mas não chega a receber Cr\$ 15.000,00, se estiver lotado, por exemplo, no Maranhão.

DESESTÍMULO GERAL

Essa situação, como é evidente, cria geral insatisfação no seio do funcionalismo. É fácil perceber que a anomalia vai ao ponto de funcionário de nível mais elevado, mas lotado em Estado menor, receber menos que outros, de nível inferior, mas lotados no Rio ou em São Paulo.

Há, ainda, o caso gritante dos operários especializados ou profissionais de nível universitário. Um médico ou um engenheiro, no nível máximo da carreira pública, isto é, o 18, recebe vencimentos de Cr\$ 54.000,00. Sabe-se que em muitas empresas privadas eles conseguiriam salários bem superiores.

A propósito disso, vale relatar o que nos informou um operário especializado, lotado em um dos postos Arsenais. Ganha ele apenas Cr\$ 35.000,00, enquanto seus dois filhos, trabalhando na mesma profissão (que aprenderam com o pai), ganham 60 e 70 mil cruzeiros, trabalhando em empresas particulares.

Essa política leva, como é claro, a um completo desestí-

timulo, afastando do serviço público os bons profissionais. Já que encontram melhores possibilidades nas empresas privadas. Bons agrônomos, médicos, engenheiros, operários dos Arsenais de Marinha e Guerra, Casa da Moeda, Estradas de Ferro, de várias fábricas estatais — e são muitas dezenas de milhares — recebem salários inferiores aos pagos por organizações particulares.

Não é difícil concluir que — a persistir essa anomalia — o nível profissional no serviço público baixará cada vez mais, pois os bons técnicos serão absorvidos pela empresa privada.

HIERARQUIA SALARIAL

Outro fator de desestímulo para o funcionalismo público é o esmagamento contínuo do escalonamento salarial. A cada ano que passa, reduz-se a diferença entre o menor e o maior salário, já que a elevação do salário-mínimo não vem correspondendo uma majoração proporcional dos níveis dos servidores. Por esta razão, os funcionários estão pleiteando, também, o Salário-Móvel, para que haja sempre um escalonamento razoável, guardando relação sempre com o maior salário mínimo vigente no País.

Atualmente há uma verdadeira balbúrdia nos níveis do funcionalismo, estando completamente quebrada a hierarquia salarial, e estabelecida no Plano de Classificação.

CAMPANHA NACIONAL

A luta dos 600 mil servidores públicos mobiliza suas entidades em todo o Brasil. Não esperam eles que o sr. João Goulart envie a mensagem ao Congresso, sugerindo os 40% previstos no plano Trienal. Antecipando-se a isso, irão levar a Brasília, dentro de alguns dias, seu ponto de vista, mostrando ao presidente da República a impossibilidade de aceitar esse aumento e pleiteando 70%, que corresponde ao mínimo necessário para reajustar seus vencimentos ao atual custo de vida.

Já foram elaborados planos de propaganda, finanças (com a Imprensa de 100 mil bônus), e organização, visando a mobilizar os servidores para a realização de vários atos, como passeatas, concentrações, assembleias, envio de comissões ao presi-

dente da República, ao Congresso, etc.

Está prevista, também, uma campanha de esclarecimento à opinião pública, sobre a justiça da reivindicação. Mostrarão os servidores que, ao contrário do veiculado por esta imprensa, não são os seus salários — na sua imensa maioria baixíssimos — uma das causas da inflação. Fornecerão números sobre a situação afiliva de centenas de milhares de funcionários e dirão, também, que enquanto pretende dar mil-galhas aos seus empregados, o governo aprova a concessão de novos subsídios à Aviação Comercial e continua a gastar bilhões em outras subsvenções, como a do café essas sim, algumas das verdadeiras e mais graves causas da inflação.

Trabalhadores de Andirá Lutam Para Libertar Jofre Corrêa Neto e Reclamam Reforma Agrária

Os trabalhadores agrícolas de Andirá, no Estado do Paraná, tendo à frente a sua associação, enviaram para o presidente da República, sr. João Goulart, três abaixo-assinados: um com 187 assinaturas, exigindo que sejam distribuídas escolas primárias nas regiões nordestinas; outro com 224 assinaturas, reclamando a libertação do líder camponês Jofre Corrêa Neto, preso em Presidente Alves e condenado a 22 meses de cadeia porque organizava

APOIO DOS TRABALHADORES

Ao lado disto, os servidores públicos pretendem manter mais estreitos contatos com outras entidades de trabalhadores, cujo apoio é julgado imprescindível à vitória de sua luta. A propósito, foi recebida com grande entusiasmo a manifestação de solidariedade do Comando Geral dos Trabalhadores, recentemente reunido em São Paulo e que expressou integral apoio à reivindicação dos servidores públicos. Sabe-se também que os militares já estão manifestando sua insatisfação com o aumento que lhes vem sendo oferecido pelo governo e pretendem defender uma bandeira que represente a maioria da população pleiteada pelos civis, isto é, de 70%.

Trabalhadores de Andirá Lutam Para Libertar Jofre Corrêa Neto e Reclamam Reforma Agrária

Os camponeses, e o último com 227 assinaturas, exigindo que seja feita a tão necessária e prometida reforma agrária. Dessa forma, os trabalhadores de Andirá aplicaram algumas das principais resoluções da Assembleia do União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), realizada no dia 21 de janeiro, demonstrando o seu espírito de luta e de solidariedade.

ESTIVA DO MINÉRIO: NOVO AUDITÓRIO

Terceira-feira última, 5 do corrente, os associados do Sindicato dos Trabalhadores em Estiva de Minério do Rio de Janeiro tiveram um dia de festa, com a inauguração do novo salão de assembleias daquela organização da classe operária, sediada na avenida do Exército, 99, em São Cristóvão. Grande número de trabalhadores e de líderes sindicais compareceu às homenagens, que incluíram recepção aos convidados, missa, ocasião magna de inauguração, almoço e festa.

O Reverso da Medalha

Afonso Botelho

Os jornais noticiaram que ao pagar das luzes do governo Carvalho Pinto, um grupo (indistinto) de dirigentes sindicais, falando no nome dos trabalhadores paulistas (sic), prestaram uma homenagem ao governador C. F.

Não teria nada de mais se fossem esses elementos agradecer-lhe, em nome pessoal, os favores e vantagens porventura recebidos. Até somos de parecer que cumpriram com o seu dever.

A imprensa, o rádio e a televisão deram ao ato uma realidade através da lei do 13.º salário, aos jornalistas profissionais que enfrentaram e desmoralizaram a gestão desse governo em sua memorável greve. Deviam perguntar à esposa e aos filhos do padeiro Agapito, trucidado pela polícia de C.F. Os ferroviários em cuja greve até imunidades parlamentares foram desrespeçadas. A os gráficos, que foram atacados de surpresa na porta do Sindicato e espancados como se fossem marginais. Aos bancários, aos metalúrgicos, aos operários de Santos, Campinas, Jundiá, Americana, etc.

Deviam perguntar, tam-

bém aos nossos irmãos camponeses, se estavam também de acordo, principalmente aqueles que trabalham nas usinas de açúcar. Esses dirigentes deviam antes fazer uma visita a Jofre Corrêa Neto e perguntar-lhe porque se acha preso e por ordem de quem, condenado a 2 anos, e se ele estava de acordo com a homenagem.

Se fôssemos enumerar detalhadamente todas as façanhas policiais desse governo contra a classe operária e os camponeses, uma edição especial de um jornal seria pouca.

Uma coisa não foi dita nessa homenagem, estamos certos: que durante o governo do sr. Carvalho Pinto os trabalhadores foram mais espancados na polícia, maiores foram as perseguições, houve muito mais prisões de operários, mais arbitrariedades, a liberdade sindical desrespeitada. Também não foi dito que, em troca disso tudo, nos laços dos trabalhadores as dificuldades aumentaram na razão direta das perseguições movidas por esse governo. E também não disseram, aqueles dirigentes, que ali estavam representando apenas suas próprias pessoas, que as massas trabalhadoras nada tinham a ver com isso.



JARDIM PRIMAVERA: INAUGURADO O 1.º POSTO MÉDICO

Foi inaugurado dia 7 o primeiro ambulatório no bairro Jardim Primavera, de Caxias, onde cerca de 15.000 habitantes não dispunham de nenhuma espécie de assistência médica pública. O posto contará com dois médicos e duas enfermeiras, além de duas assistentes sociais.

Comprometeram ao ato, entre outras personalidades, o vice-prefeito de Caxias, sr. Lázaro José de Carvalho, representando o prefeito Joaquim Tenório, o chefe de Gabinete deste, dr. Ghery Ghelman, o chefe

da Divisão de Educação e Saúde, dr. José de Freitas, e o presidente da Associação dos Beneficentes de Jardim Primavera, sr. Machado. Na foto acima vemos um aspecto da inauguração, quando falava um dos médicos do ambulatório. Os dois primeiros à esquerda são dr. Ghery Ghelman, chefe de Gabinete do prefeito Joaquim Tenório, e o sr. Lázaro José de Carvalho, vice-prefeito de Caxias.

NOVOS RUMOS

Diretor: Orlando Bonfatti Júnior
 Diretor Executivo: Práximo Borges
 Redator Chefe: Luis Gama
 Gerente: Guttemberg Chaves
 Rod. Av. Rio Branco, 287, 1.º andar, 21111 - Tel: 62-7244
 Gerência: Av. Rio Branco, 287, 9.º andar 5/966
 SUCCURSAIS DE S. PAULO
 Rua 15 de Novembro, 928
 1.º andar 6/967
 Tel: 50-9543
 Impressão: Gráfica "NOVOS RUMOS"
 ABONAMENTOS:
 (Sómente a edição semanal)
 CPF
 Anual 1.000,00
 Semestral 500,00
 Trimestral 250,00
 ABONATURA ANUAL
 CPF
 Anual 2.000,00
 Semestral 1.200,00
 Trimestral 600,00
 Número avulso 20,00
 Número atrasado 30,00

O Discurso do Presidente

A recente audiência do presidente da República com os dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores e outras entidades sindicais possibilitou um amplo diálogo entre o sr. João Goulart e vários dos mais representativos líderes do movimento sindical brasileiro. Para os círculos mais reacionários, cujos privilégios prosperam na medida em que conseguem afastar as massas do povo da vida política do País, um debate desse tipo, entre o chefe do Governo e os autênticos trabalhadores, é algo quase inconcebível. Essa concepção retrógrada e odiosa foi perfeitamente exprimida em «O Globo», o repulsivo porta-voz de tudo o que há de mais antipopular e antinacional na sociedade brasileira. O acesso aos palácios governamentais, segundo tais círculos, deve continuar sendo um monopólio dos traficantes de influência a serviço dos trustes imperialistas e de uma minoria que enriquece tripudiando sobre a miséria da imensa maioria. Os gabinetes do Governo devem estar sempre abertos, por exemplo, para o «comendador» Roberto Marinho, um apátrida financiado pelas corporações e a embaixada dos Estados Unidos, conseguir que lhe sejam concedidos favores imorais como certos financiamentos do Banco do Brasil e um canal de TV.

No encontro do Planalto os trabalhadores expuseram ao sr. João Goulart, em Manifesto que publicamos em nossa última edição, o ponto de vista do povo brasileiro acerca do Governo recém-formado e da orientação que vinha sendo — e, de modo geral, continua a ser — seguida pelos círculos oficiais. Ao lado, porém, da crítica, apresentaram os dirigentes sindicais um conjunto de reivindicações e medidas básicas que constituem o fundamento do que se pode chamar de alternativa nacionalista e democrática para os problemas da Nação e do povo.

Em seu diálogo com os trabalhadores, que posições assumiu o sr. João Goulart? Em essência, e apesar de suas manifestações de respeito pelas opiniões do movimento sindical, o que fez foi defender uma política que se choca com as legítimas exigências do povo e as aspirações nacionais. Tomemos, para exemplo, o problema que, segundo as palavras do próprio presidente da República, é «o mais grave do momento»: a carestia da vida, que é para as grandes massas a consequência direta da inflação. Ao justificar o modo como se processou a eliminação dos subsídios aos combustíveis (determinando uma nova alta geral de preços e não oferecendo nenhuma compensação ao povo) e ao insistir na fixação de 40% para o próximo aumento de vencimentos do funcionalismo (desvalorizados já em cerca de 70%), o sr. João Goulart defende, na prática, a ruína política de exigir ainda maiores sacrifícios da população assalariada já em desamparo — em nome de uma suposta «operação da democracia», quando todos sabem que, em verdade, o aumento da miséria das massas serve exatamente para desmoralizar o povo e o parasitismo de uma minoria, particularmente das empresas norte-americanas que espoliam o nosso País. Isso fica explícito, aliás, no próprio discurso do sr. João Goulart: a firmeza com que

o presidente da República pretende justificar a maneira como foram suprimidos os subsídios não diminuiu de intensidade e de vigor ao defender o empréstimo industrial (leia-se doação) de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros concedido à Standard Electric para, em troca da Telefônica do Rio Grande, construir no Rio mais televisores e mais aparelhos de rádio. Não é evidente que essa nababesca doação a um truste lanque está sendo retirada dos salários de fome dos trabalhadores, do inominável ebulho com que se ameaça os servidores públicos e, já agora, dos miseráveis leitos de hospital que, num país em que se morre à mingua da mais elementar assistência, o ministro San Tiago Dantas promete suprimir?

É verdade que o presidente João Goulart faz, ao mesmo tempo, afirmações justas, coincidentes com o pensamento dos trabalhadores e das correntes nacionalistas e democráticas. É o que acontece, por exemplo, ao reconhecer e proclamar a necessidade de «uma reformulação na estrutura econômico-social do País». Torna-se difícil, entretanto, conciliar esse reconhecimento verbal com a adoção — quando se passa para o terreno das medidas concretas — de uma linha de conduta que leva a agravar os tormentos do povo e a apresentar prodigalmente à Standard Electric ou à Bond and Share.

Essa linha de conduta — impor mais sacrifícios às massas e prostrar-se ante os privilégios dos espoliadores, confundindo-os com a «preservação do regime» — foi mais ou menos amplamente fundamentada pelo sr. João Goulart em sua resposta aos dirigentes sindicais. Em que consiste tal fundamentação? Num exame (e uma consequente tomada de posição) da realidade política e social do País que está muito longe de corresponder à realidade. Mostra-se o sr. João Goulart excessivamente cuidadoso em marchar no compasso do que chama as maiores forças políticas do País, querendo desse modo, certamente, referir-se ao PSD e à UDN, além de seu próprio partido, o PTB. Como, segundo sugere, existem entre as direções peessedista e udenista fortes resistências a uma política voltada para as reformas de estrutura — isto é, para os interesses da Nação e do povo — a solução encontrada é a dos compromissos. No fundo, trata-se de compromissos assumidos com o imperialismo e os latifundiários, cujos sócios, advogados e porta-vozes formam as cúpulas udeno-peessedistas. O preço desses compromissos é pago justamente pelo povo e embolsado pelos grupos privilegiados: o encargo do aumento do funcionalismo se traduz em bilhões para a IT&T; a elevação do preço da carne em outros bilhões para os frigoríficos norte-americanos; a carestia do café em outros tantos bilhões para a oligarquia paulista. Mas, por que considerar que a força de políticos fossilizados (e, o que é pior, defensores de interesses antinacionais) é maior que a força dos trabalhadores, das massas populares e dos setores produtivos? Por que considerar que os interesses dos empresários nacionais são mais importantes que os interesses das massas populares? Por que considerar que os interesses dos empresários estrangeiros — da imensa maioria da Nação, enfim? Por que marchar seguindo a voz do comando dos políticos corrotos no ple-

blacito de 6 de janeiro, que realmente não passam de generais sem exercito? Por que atender às imposições entreguistas e reacionárias da cúpula PSD-UDN e, no que se refere aos trabalhadores, cujas reivindicações são patrióticas e democráticas, condenar os «movimentos de greve»? Por que preconizar concessões antipopulares à eventual maioria do Parlamento, a pretexto de obter certas reformas estruturais, se a estrita obrigação do Parlamento é aprovar as reformas de base na forma mais conveniente à Nação e ao povo?

A realidade política do País apresenta características bem diversas daquelas que o presidente da República pintou em seu diálogo com os trabalhadores. Há hoje no Brasil uma consciência praticamente unânime de que é inadmissível a espoliação imperialista de nosso trabalho e nossas riquezas. Só um reduzido grupo de trogloditas ousa presentemente fazer restrições à idéia de que o latifúndio deve ser suprimido e as terras devem ser entregues aos camponeses. Somente um punhado de parasitas pode admitir que os especuladores continuem sonhando gêneros no instante em que alguns deles estão apodrecendo nos armazéns. A certeza de que as reformas estruturais — sobretudo a eliminação do saque norte-americano e a reforma agrária — são o caminho real para a solução dos problemas brasileiros está profundamente enraizada na consciência do País. Isso se reflete, claramente, na atitude crítica assumida pelas forças nacionalistas e democráticas em relação ao Plano Trienal, em cujas linhas-mestras ressalta a defesa da atual e insustentável estrutura econômico-social. Não há mais lugar no Brasil de hoje — onde predominam amplamente as convicções nacionalistas e democráticas — para concessões ao imperialismo e à reação. Insistir nessa política é chocar-se frontalmente com as aspirações da esmagadora maioria da Nação, exprimidas não só pelos trabalhadores, através do CGT, como pela Frente Parlamentar Nacionalista, a União Nacional dos Estudantes e, em geral, os instrumentos de manifestação da vontade das forças progressistas, do povo brasileiro.

Essas forças não se limitam a condenar a política de conciliação com o entreguismo e a reação ou a dirigir críticas ao Governo. Elas possuem e apresentam outro caminho: a alternativa nacionalista, progressista e democrática para os problemas nacionais. Em resumo, essa alternativa consiste na adoção, de fato, das reformas de base, na participação ativa e crescente das massas na direção do País, no florescimento das iniciativas nacionais, na consolidação e ampliação das liberdades democráticas, na elevação do padrão de vida dos trabalhadores e do povo. Esse caminho é o que corresponde, verdadeiramente, aos interesses nacionais e populares. Para que ele se convierta, no entanto, em política concreta, são medidas de ordem prática. A primeira delas é que todos os círculos progressistas se unam e lutem, de modo firme e unânime, na luta contra o entreguismo e a reação, pelo programa de reivindicações antiliberacionistas e democráticas. Esse é o caminho do povo brasileiro.

OS GORILAS NORTE-AMERICANOS PLANEJAM NOVA AGRESSÃO A CUBA

O governo de Kennedy chegou a tais extremos em sua política agressiva contra a República de Cuba que, agora, está ele em evidentes dificuldades para conter os partidários de um assalto militar direto dos Estados Unidos contra a ilha, do Caribe. Estas dificuldades tornaram-se claras na recente entrevista do ministro da Defesa dos Estados Unidos, Robert MacNamara, na televisão, tratando de convencer ao povo norte-americano que em Cuba não existem mais armas ofensivas. E aliás uma coisa que todo o mundo sabe desde que se resolveu a crise criada pelo bloqueio norte-americano em outubro do ano passado, mediante a retirada das armas consideradas ofensivas e mediante o compromisso formal assumido pelo presidente Kennedy de que os Estados Unidos não invadirão Cuba.

O secretário da Defesa norte-americano apresentou aos espectadores da TV provas fotográficas da retirada dos foguetes de alcance médio existentes em Cuba e fornecidos pela URSS para sua defesa. Eram provas colhidas pelos próprios norte-americanos, numa violação confessada do espaço aéreo cubano.

MacNamara respondeu a perguntas dos jornalistas, reafirmando que o governo dos EUA não dispõe de elemento algum — comprovado — que as alegações segundo as quais os soviéticos teriam ocultado foguetes em cavernas existentes em Cuba. Acrescentou que carecem de fundamento as notícias de que novas armas ofensivas teriam sido enviadas a Cuba, como é inverídica a informação de que em território cubano teria sido instalada uma base de submarinos. Depois de MacNamara, o diretor do serviço de espionagem dos Estados Unidos, John McCone (Central Intelligence Agency) assegurou aos membros do Congresso: «Estamos convencidos de que todos os foguetes ofensivos e bombardeiros que existiam em Cuba foram retirados depois da crise de outubro».

A PORA DOS PARLAMENTARES

O governo de Kennedy, depois de ter dado marcha à ré na sua investida contra Cuba, em outubro do ano passado, vê-se agora acossado pelos grupos mais

enfurecidos dos partidários da guerra e da agressão. Consideram o bloqueio atual, como o primeiro passo de uma política de agressão, e insistem em que o Congresso dos Estados Unidos, onde alguns deputados e senadores, ligados a interesses privados de magnatas da indústria bélica, envidam todos os esforços para levarem os Estados Unidos à invasão de Cuba e ao esmagamento da revolução cubana.

Esses parlamentares traduzem também o temor da reação norte-americana e dos círculos governantes de muitos países da América Latina de que a revolução cubana constitua um exemplo para aqueles países que lutam pela emancipação econômica. Querem a viva força a «fórmula de subversão» na América. Por isso insuflam a guerra contra Cuba, não obstante reconhecerem que correm o perigo de precipitar o mundo numa catástrofe de proporções inconcebíveis. Essas insensatezas vêm na guerra e nas agressões a única saída para as dificuldades com que se deparam os imperialistas.

REUNIÃO NAS ANTILHAS

Tudo indica que os grupos partidários da agressão a Cuba não desanimarão em seus esforços com aquele objetivo. Parte do plano destinado a manter acesso o fogo contra Cuba revolucionária é a próxima reunião de 5 presidentes de Repúblicas da América Central e do Panamá, da qual participará também o presidente Kennedy. Essa reunião terá lugar de 18 a 20 de março vindouro, em San Juan da Costa Rica. Teremos, então, sem sombra de dúvida, novas provocações contra o regime cubano e será feita certamente uma nova tentativa por parte dos imperialistas americanos de conseguirem o que não alcançaram até agora: a «unanimidade absoluta» dos governos da América Latina para uma ação direta dos Estados Unidos contra Cuba.

Essa possibilidade está patente nas declarações feitas na última semana pelo ministro do Exterior de Costa Rica, Daniel Oduber, ao sair de um encontro com o presidente Kennedy da Casa Branca. Oduber afirmou então aos jornalistas americanos que «a situação em Cuba está reclamando uma decli-

ção semelhante à quarentena (leia-se: bloqueio) de outubro», do ano passado. Acrescentou ser necessário levar a cabo uma nova prova de força.

Embora dizendo que esta era uma opinião pessoal sua, é evidente que semelhante laçada americana, falando em nome de um governo, como o de Costa Rica, expressava o próprio ponto de vista de Kennedy ou dos militaristas de Petrópolis, que nos últimos tempos são cada vez mais os verdadeiros inspiradores da política externa norte-americana, em particular no que se refere a Cuba e à América Latina. A gem como bons estrategistas do imperialismo lanque — em função dos interesses destes. Não é Cuba isoladamente que lhes mete medo — seria ridículo fazer semelhante suposição. O grande medo, o medo pânico que se apodera hoje dos imperialistas e de seus agentes é o despertar da consciência dos povos da América Latina, em crescimento vertiginoso depois da Revolução Cubana.

Por isso mesmo, a tendência dos imperialistas lanques é criar uma nova situação que lhes possibilite novas manobras evolutivas em torno de Cuba, objetivando a liquidação pela força das armas, pela intervenção armada, da Revolução Cubana.

Um dos alvos prediletos dessa ofensiva em processo de desencadear-se é o Brasil, o governo brasileiro, visando forçá-lo a aprovar e apoiar ações de caráter econômico, diplomático e militar contra Cuba. Daí a necessidade de estar vigilante a nossa opinião pública para não permitir que semelhantes manobras atinjam seu objetivo. Neste sentido, a campanha de solidariedade a Cuba, à Revolução Cubana, tem a máxima importância. Esta é, provavelmente a maneira eficaz de contrabalançar e levar ao fracasso semelhantes manobras dos imperialistas. Assim, tem sido preparada a sua derrota em diferentes partes do mundo, com a libertação de numerosos povos que antes viviam sob o jugo do colonialismo e do capital estrangeiro e que hoje são nações soberanas e livres. Em nosso Continente, Cuba é o melhor exemplo.

Campanha Contra Petroleiros é Sabotagem ao Comércio Com o Leste

Da mesma forma que no caso da compra de helicópteros ou de usinas termoeletricas a Polónia, também agora a pequena onda levantada contra a aquisição de dois navios petro-

leiros à Iugoslávia esconde um mesmo propósito: sabotar o comércio do Brasil com os países socialistas. Ultimamente, em face do fracasso da campanha em termos políticos contra esse

comércio, a reação adotou uma outra tática, consistente em bombardear com «argumentos» contrários qualquer transação que signifique um incremento

real do intercâmbio comercial com aquela área. A compra dos navios à Iugoslávia, por parte da Petrobrás, obedeceu rigorosamente às normas econômicas e técnicas que presidem regularmente tais transações e foi feita por imposição do interesse nacional. Por que? Porque o Brasil possui uma frota de petroleiros que não é suficiente para atender ao transporte do petróleo e derivados que importa, daí o apelo ao afretamento de barcos estrangeiros. Esta última solução apenas diminui, mas não elimina, o dispêndio de divisas a que somos solicitados através das despesas de fretes, seguros, etc. E não é só. Dispondo de nossos próprios barcos, barcos de bandeira nacional, podemos enviá-los aonde bem decidirmos, fugindo ao controle que há possíveis imposições que pesam sobre navios de outras bandeiras. Significa que se desejarmos comprar petróleo árabe iremos ao Oriente Médio; que se quisermos comprar petróleo romeno iremos à Romênia; se optarmos pelo petróleo soviético iremos à Grécia ou ao Cáucaso; significa, enfim, que podemos a qualquer momento mandar os nossos navios ali aonde mais convier ao Brasil.

De outro lado, a indústria de construção naval que funciona no Brasil não está em condições de fornecer barcos de pequena tonelagem e em prazos mais ou menos dilatados. Antes, mesmo, de contratar a compra dos dois barcos à Iugoslávia, com a capacidade de 31.400 toneladas cada um, a Petrobrás encomendou a dois desses estaleiros que funcionam no Brasil seis petroleiros de 10.500 toneladas cada. Por isso, nem mesmo a alegação de que estaria sendo preterida a indústria nacional poderia ser invocada no caso. Acresce, aliás, que os navios da Iugoslávia estão com a construção praticamente concluída, devendo o primeiro ser entregue dentro de 3 ou 4 meses.

Igualmente imprudente é a acusação de que os dois petroleiros construídos na Iugoslávia não obedecem às especificações técnicas internacionais. Com efeito, são eles construídos de acordo com as normas do «Lloyd's Register», de Londres, e sob sua fiscalização.

Por que, então a onda? Porque se trata de uma transação de 10 milhões de dólares em que o Brasil não dependerá divisas, mas pagará em mercadorias e incremento ao comércio com um país que não está na órbita das potências imperialistas. Por ambas essas razões a transação não convém aos entreguistas, aos agentes embuçados ou não do imperialismo lanque. O fato de serem navios é apenas um acidente. Fosse o que fosse, contra a transação estariam essas mesmas figuras. O que não desejam é que o Brasil se liberte das garras dos monopólios internacionais, que o Brasil amplie seus mercados de compra e venda, porque o colar lógico do avanço nesse rumo é a afirmação de independência política também.

O que não se pode aceitar, porém, sem nenhum pretexto é que autoridades que anteriormente deram sua aprovação à compra dos navios iugoslavos estejam agora em posição diferente, como se depende de certas resistências que estão surgindo na SUMOC, sob a influência da pressão lanque e de interesses imperialistas.

Ajudar a NOVOS RUMOS

- Amigos de Cosmos (Rio-GB) 600,00
- Amigo de Vila Sarandi (P. Alegre-RS) 1.000,00
- Amigo de Higienópolis (P. Alegre-RS) 1.000,00
- Boa Vontade (S.J. Meriti-RJ) 150,00

Nota Econômica
José Almeida

Encampação das refinarias privadas de petróleo

Em recente documento elaborado em Brasília, a que foi dado o nome de Termo de Compromisso, os deputados e senadores integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista incluíram um item, o de número 38, em que reivindicam a «extensão do monopólio estatal do petróleo à importação, ao refino e à distribuição». Da mesma forma nas demais passagens do mencionado documento, está formulada a uma exigência da maior importância para o desenvolvimento econômico independente do País.

A algumas pessoas, poderia parecer racional, ou, pelo menos, avançada demais a reivindicação da encampação das refinarias privadas, que em tanto importa a referência ao monopólio estatal do refino, uma vez que afetaria capitais nacionais. De fato, porém, já é hoje bastante generalizada a convicção de que a necessidade de encampação das refinarias — isto por uma série de motivos, dos quais o principal consiste em que, segundo recentes levantamentos feitos, nenhuma delas é a rigor nacional. Por portas travessas todas elas amarram-se a empresas imperialistas, notadamente à Standard Oil.

Na história de Capuava, que é a maior das refinarias privadas, os procedimentos fraudulentos acompanham-na desde o princípio mesmo. Autorizada a refinar 20 mil barris por dia, foi montada para trabalhar com um volume muito maior. Atualmente, processa 81 mil barris diários, graças a um decreto de 1961 autorizando-a a ampliar sua produção, mas, segundo se diz, além distes 20 mil barris 11 mil autorizados, estaria ela processando clandestinamente outros 4 ou 5 mil, possibilidade condicionada pelo fato de importar diretamente a maior parte do óleo cru que transforma. Casos de fretes excessivamente altos, de superfaturamento nas importações, de sonegação da contribuição devida por lei ao Fundo de Pesquisas de Petróleo e outros pontilhavam a história de Capuava.

Mas, isto ainda não é tudo. Um dos principais, senão o principal foco de onde emanam as campanhas publicitárias contra o monopólio estatal do petróleo é a Petrobrás, localizada exatamente nas refinarias particulares e, por trás delas, nos trustes internacionais do petróleo. São campanhas de mistificação da opinião pública, de invenções e calúnias contra os dirigentes da empresa estatal, ou, então, a exploração mais exagerada de erros realmente cometidos pela Petrobrás, mas utilizados para desacreditar essa empresa.

Entretanto, mesmo pondo de parte essa razão, já por si bastante para justificar a medida, uma série de outras pesa no sentido de ser feita a encampação. Ainda agora, o Conselho Nacional do Petróleo proclama pública e oficialmente que uma das refinarias, a de Mangunhos, está fraudando a gasolina entregue ao público. Dessa acusação já tínhamos sido notícia há muito tempo, desde que a Marinha passou a distribuir para os associados do seu Remobilizável gasolina produzida na refinaria da Petrobrás, em Duque de Caxias. O combustível produzido pela empresa estatal apresentava, com efeito, maior índice de octanagem do que a de Mangunhos. A fraude encontra explicação em que o maior grau de octanagem depende da adição de um composto — o chumbo tetra-estila — cujo preço está hoje muito elevado. Agora, o acio do Conselho veio mostrar a falta de escrúpulo da refinaria de Mangunhos, oferecendo ao consumo um combustível impróprio.

Seria, entretanto, injusto imaginar que a fraude é privilégio apenas desta refina-

ria. Na história de Capuava, que é a maior das refinarias privadas, os procedimentos fraudulentos acompanham-na desde o princípio mesmo. Autorizada a refinar 20 mil barris por dia, foi montada para trabalhar com um volume muito maior. Atualmente, processa 81 mil barris diários, graças a um decreto de 1961 autorizando-a a ampliar sua produção, mas, segundo se diz, além distes 20 mil barris 11 mil autorizados, estaria ela processando clandestinamente outros 4 ou 5 mil, possibilidade condicionada pelo fato de importar diretamente a maior parte do óleo cru que transforma. Casos de fretes excessivamente altos, de superfaturamento nas importações, de sonegação da contribuição devida por lei ao Fundo de Pesquisas de Petróleo e outros pontilhavam a história de Capuava.

Mas, isto ainda não é tudo. Um dos principais, senão o principal foco de onde emanam as campanhas publicitárias contra o monopólio estatal do petróleo é a Petrobrás, localizada exatamente nas refinarias particulares e, por trás delas, nos trustes internacionais do petróleo. São campanhas de mistificação da opinião pública, de invenções e calúnias contra os dirigentes da empresa estatal, ou, então, a exploração mais exagerada de erros realmente cometidos pela Petrobrás, mas utilizados para desacreditar essa empresa.

A renovada exigência da encampação das refinarias particulares está sendo feita num momento em que o governo federal encampando em bases altamente lesivas à economia nacional outras encampações — de um grupo de concessionárias americanas de serviços públicos. Por isso mesmo, no pleitear a extensão do monopólio estatal ao refino, as forças nacionalistas estão no dever de deixar claro que reclamam essa providência rigorosamente de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 46 da Lei 2.004, isto é, mediante aquisição, pela Petrobrás, de pelo menos 51% das ações de cada uma das refinarias privadas.

Fora daí, portanto, sair para «compensações», ou «fórmulas hábeis», é usar o dinheiro do povo para fazer doações a grupos privados, é fazer isso que se chama comumente de negociação.

Compra da Bond & Share Agravará Balanço de Pagamentos

Em declarações prestadas à imprensa, o deputado Bilac Pinto, na sua condição de estu-

o Brasil, não se justifica que sejam eles desviados para pagar o que já existe, em vez de empregados para a expansão do sistema gerador de eletricidade, mediante a construção de novas usinas.

Analizando a questão sob o ângulo do balanço de pagamentos do país, mostrou o professor Bilac Pinto que nenhum alívio adviria para o Brasil, a menos que fosse prevista a dispensa de remessas de juros e rendimentos do capital estrangeiro aqui aplicado. Entretanto, no caso o que se passa é coisa muito diferente. Os investimentos em serviços públicos, nos termos da legislação brasileira (Código de Águas e legislação regulamentadora) não podem proporcionar rendimentos superiores a 10% ao ano. Ora, segundo as condições da compra das empresas lanques, 75% dos recursos com que o governo brasileiro se indenizaria seriam aplicados em outras atividades, para as quais não existe por lei nenhum teto de rendimentos. Diz, por isso, o professor Bilac Pinto: «Como a indústria moderna pode assegurar lucros superiores a 30%, o Brasil será sacrificado com a obrigação de remunerar esse capital estrangeiro a uma taxa triplicada. Ainda que se alegue que a remessa de lucros está limitada por lei recente, teremos que admitir que o lucro porventura não remetido será reinvestido no país e concorrerá para o constante aumento da taxa de lucros dos empreendimentos industriais que forem criados com os resultados da encampação».

Nesse ponto, ainda aceitando a argumentação básica do professor Bilac Pinto, gostaríamos apenas de recordar que nos termos da lei de remessa de lucros, os reinvestimentos não podem ser computados como capital estrangeiro e, portanto, não têm direito a remessas. Esse é um ponto capital da lei de remessa de lucros.

CONSTRUÇÃO DE NOVAS USINAS

E' também de todo precedente a conclusão a que chega o professor Bilac Pinto de que num país carente de recursos, como

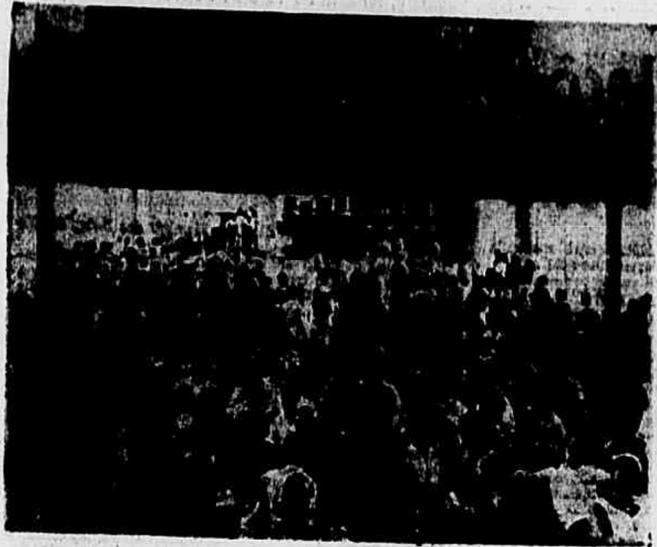
Fora de Rumo
Paulo Maria Lima

Registra-se que o sr. San Tiago Dantas, pelo telefone, manifestou ao sr. João Goulart apreensões quanto ao êxito da política financeira seguida no Ministério da Fazenda. Tem-se que o país não suporta, no momento, reivindicações de salários e exigências de maiores lucros para a população camada beneficiária das dificuldades gerais. O projeto sr. San Tiago Dantas, que recebeu medidas rigorosas cuja aplicação não se ajusta a organismos fracos, teme reações violentas.

Registra-se que o sr. San Tiago Dantas, manifestou ao sr. João Goulart apreensões quanto ao êxito da política financeira seguida no Ministério da Fazenda. Tem-se que o país não suporta, no momento, reivindicações de salários e exigências de maiores lucros para a população camada beneficiária das dificuldades gerais. O projeto sr. San Tiago Dantas, que recebeu medidas rigorosas cuja aplicação não se ajusta a organismos fracos, teme reações violentas.

Na Associação Comercial, o sr. San Tiago Dantas, diante de um auditório de senhores sérios e risonhos, afirmou em telhados de vidro, sugerindo que os ilustres representantes das classes produtoras (que produzem a custa do trabalho dos outros) renunciariam às «prosperidades temporárias», sacrificando, conscientemente, seus vastos lucros, tão agradáveis, apesar dos males produzidos pelo cupim da inflação.

Sabemos que o último fim de semana do sr. San Tiago Dantas passou-se em Petrópolis. O ministro da Fazenda não subiu a serra, queimando gasolina cara, a fim de participar em Quintandinha do baile «Até Debalzo Dá». O sr. San Tiago Dantas trançou-se em seu gabinete para trabalhar. Como os livrescos, que segundo o dr. Fausto se debatiam em vão no combate à injustiça social? Para encontrar uma saída em nossas dificuldades momentâneas, que caminho que leva a essa saída? Será que envereda num labirinto sem fim?



Parte do grande público presente ao II Festival de Cultura Popular



Uma cena de "Revolução na América do Sul"

II Festival de Cultura Popular: êxito

MCP Trouxe ao Rio o Teatro de Hoje

Regina Montana

expressão e de comunicação, constituído-se assim, um movimento inovador em todos os sentidos. Desta maneira, toda experiência serve à concretização destes objetivos, não como realização acabada em si, porém como novas passadas no caminho virgem que se propõem abrir, servindo sempre de indicação para novas etapas.

O Movimento de Cultura Popular de Recife pretende fazer um teatro que nascendo dos "dramas, inquietudes, conflitos e esperanças" do povo, possa "retratar, artisticamente, a nossa realidade social", servindo como instrumento de esclarecimento popular para sua emancipação, e "contribuindo para o desenvolvimento da dramaturgia nacional" pela criação de novos dramaturgos, diretores e atores e pela projeção dos valores regionais que compõem a personalidade nacional de nosso país.

O NORDESTE NO TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA

Através das apresentações do MCP pode-se, realmente, apreciar o

quanto ele tem feito neste sentido. Inicialmente foi apresentada uma pequena, mas convincente amostra do coral do movimento, com duas músicas do nosso folclore. Seguiu-se a apresentação da peça de Luis Marinho "Incelença", que retrata um velório no Nordeste, apresentando com grande nitidez personagens tipicamente brasileiros, que denunciam "o atraso oriundo do subdesenvolvimento em que vegetam nossos irmãos nordestinos" e a arcaica estrutura do campo, no Brasil. "Incelença", ou Sentinela, é um velório no qual ao lado dos sons de resacas cantadas, ou declamadas, os participantes bebem, comem e completando os momentos de solidão dialogam com advinhações, adivinhas, resultando muitas vezes no falar comum da vida alheia. A peça serve também para o estudo dos costumes e da índole de nosso povo. O defunto é um camponês feroz nas terras de um típico coronel, que mal sabendo da morte daquele, não tarda em ir à casa da viúva en-

gindo que ela se retire logo de suas terras, mas que, no fim, atraído pela juventude e beleza da filha do camponês, resolve deixar a família ficar. Focaliza-se assim a exploração do homem do campo e a desumanidade do coronel, que acaba se apoderando da jovem camponesa. Mas as denúncias são feitas de maneira implícita, e sem que surja nos camponeses consciência de sua situação.

Em "Julgamento em Nóvo Sol" — peça escrita por Nelson Xavier, Augusto Boal, Hamilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito Araújo — ao contrário, a denúncia se transforma na compreensão do camponês de sua situação e se transmite pelas suas próprias mensagens políticas. É julgado um camponês acusado de agitar os outros, porém, quem está realmente em julgamento é o tipo de propriedade e as relações de exploração que ela gera. O julgamento apresentado ao camponês brasileiro no seu despertar de consciência, quando não mais se submete docilmente à sua condição de explorado e se rebela contra o coronel, que rompendo o contrato oral feito com eles, quer expulsá-los da terra, antes mesmo da colheita. Mas quem é acusado realmente não é o camponês: é o coronel.

VISÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DO ARTISTA

As duas peças, se bem que no mesmo plano, constituem tentativas diferentes de participação política através da arte. "Julgamento em Nóvo Sol", na medida em que procura indicar uma perspectiva de solução, encontra-se um passo à frente da "Incelença", que fica na simples denúncia. No entanto, e talvez mesmo por ter avançado mais, cai em

A ARTE DO MCP

Não podemos deixar de frisar a seriedade do trabalho do Movimento de Cultura Popular de Recife, no sentido da alta qualidade artística que conseguiram atingir em sua apresentação. Há, realmente, grandes artistas, que retratam com naturalidade perso-

nagens típicas brasileiras. A força da representação é tão grande que, em certas situações, nos pareceu estar ali presenciando a própria realidade. A direção de Nelson Xavier em "Julgamento em Nóvo Sol" atinge momentos de grande beleza e convicção como na passagem do choque entre os camponeses e os capangas do coronel, assim como na do "Arranca capim". A música, também, merece uma nota de destaque. Apesar das deficiências do palco e espetáculo, pela sua composição artística, consegue transmitir ao público o que a realidade tem para lhe dizer, numa interação em que a comunicação alcança elevado nível.

II FESTIVAL DE CULTURA POPULAR

A segunda apresentação do MCP foi feita juntamente com o Centro Popular de Cultura, da UNE, durante o II Festival de Cultura Popular realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O CPC da UNE apresentou a peça "Revolução na América do Sul", de Augusto Boal, e o MCP a "Incelença". Participaram também do Festival a Escola de Samba Estação Primeira, de Mangueira, e a União dos Cantadores do Brasil. Aracy de Almeida, cantando os inesquecíveis sambas de Noel Rosa, foi uma das presenças mais marcantes na tarde dos Metalúrgicos. Cariclia, Zé Ketty, Nelson Cavalcincho e Dilermando Pinheiro obtiveram igualmente grande sucesso.

A apresentação contou ainda com a presença de autores dos últimos lançamentos da coleção "Cadernos do Povo" e outros livros nacionalistas: Paulo Schilling, Moacyr Felix, Homero Homem, Heitor Saldanha, Ferreira Gullar e Rafael de Carvalho, que autografaram seus respectivos livros, com grande êxito.

Prestigiaram igualmente o II Festival de Cultura Popular os deputados Marco Antônio Coelho, Benedito Cerqueira, Sivalva Palmeira e João Massena Melo.

O Festival foi, em tudo, uma bonita festa popular. Sentimos apenas que a falta de providências quanto a certos aspectos organizativos, como o que diz respeito aos microfones e à aparelhagem de som em geral, tenha predominado, prejudicando um pouco o brilho da tarde.

Apesar de tudo o Festival conseguiu grande repercussão. Mais do que as palavras, atesta isto a afluência de gente, que encheu o grande auditório dos metalúrgicos como nunca em outras representações. O público vibrou e aplaudiu com ardor. Aplaudiu até de pé, quando terminou a "Incelença".

A cultura popular comprovou a sua autenticidade, o seu valor, suas raízes populares, sua ligação com a realidade do momento, a veracidade do caminho artístico escolhido, e, também, a maturidade que já conseguiu atingir.

Canto de Página

Revistas, jornais, pessoas, tudo fala, todos contam a história do assassinato dos mendigos. As fotos publicadas, principalmente pelas revistas, são esclarecedoras. Os depoimentos dos desgraçados são de cortar o coração. Um jornal noticiou que um deles saiu agora à rua com uma bandeira branca pedindo que não o matem. Um operário perdeu a mão num desastre e como o que ganha como inválido no seu Instituto não dá para nada, resolveu cometer. Mas teve tamanho medo que declarou à imprensa: prefere passar fome com a família a ir morrer no Rio da Guarda.

Ainda

os mendigos

Há no Rio 17 mil mendigos, diz uma reportagem de "Jornal do Brasil", enquanto um ex-diretor do Serviço de Mendicância afirma que não há mendigos ricos como se apregoe e que ele terminaria com os mendigos mandando-os para a Ilha Grande ou devolvendo-os aos Estados. O repórter perguntou-lhe o que levava homens e mulheres à mendicância. Pergunta ingênua, sem dúvida, que não obteve uma resposta à altura se bem que esse senhor — que foi durante quatorze anos diretor do Serviço de Mendicância — anuncie para breve a publicação de uma obra em quatro volumes sobre o assunto. Esperemos a obra.

Claro que a análise da mendicância é longa e várias são as suas determinantes. Há mais mendigos homens do que mulheres e estas, segundo o mencionado ex-diretor, são levadas a entender não para a chamada caridade pública, principalmente porque vivem seus filhos com fome, mas acabam internando-os no SAM e empregando-se como domésticas. (Coitado dos filhos internados no SAM). Os homens se viciam a pedir, diz ele. Começam desempregados (eis a questão), vão mordendo aqui e aqui, caindo, caindo até à sua mendicância total.

Não sou uma pessoa do contra. Pelo contrário: gosto muito de acreditar e nisso atendo a uma valha figura de minha infância que dizia que se deve acreditar nem que seja em jacaré. Acredito plenamente em Jacaré, sei que numa sociedade como a que estamos vivendo o problema da mendicância não pode ser resolvido com decretos ou coisas escritas em papel. Também não poderá ser resolvido com o assassinato em massa como se estava monstruosamente fazendo neste Estado. Um lugar onde houvesse trabalho para os inválidos e tratamento para os inválidos iria com certeza minorar o problema da mendicância. Num prédio não creio; numa ilha sem grades, carrascos, panacária, etc., talvez. Devolvê-los para seus Estados natais seria também errado. Muitos deles, quando aqui chegaram, vinham em busca de trabalho e não encontrando-o tiveram a derrapada, a triste derrapada que levou-os a situação em que se encontram. O que irão fazer agora em suas terras se lá a miséria é maior, se lá nada terão como trabalho?

O Serviço de Repressão à Mendicância, da revista "Manchete", foi criado para evitar o abuso e sobretudo a falsa mendicância a que recorrem, muitas vezes, homens e mulheres inválidos. Mas encarregou-se de tomar o dinheiro dos mendigos e assassiná-los depois. Foi preciso que houvesse uma chacinha tão voraz para que o problema da mendicância despertasse o interesse geral. Agora são tantas as opiniões e os "salvadores" que ou vai ser minorada a situação desses infelizes ou eles vão ser todos passados pelas armas. Veremos, veremos.

Palestra

em São Paulo

WILSON

CAMARGO

Em prosseguimento à série de palestras elucidativas do papel cultural dos comunistas e como tribuna do movimento operário e comunista, nosso companheiro Henrique Cordeiro falou, sábado, dia 9 do corrente, em São Paulo, a representantes dos bairros do Belém, da Sé, Cambui, Santa Cecília, Tatupá, Fênix, e de estudantes secundaristas e universitários, e a trabalhadores da CMT, Santos, Santo André e São Caetano do Sul, abordando o tema "FPS, uma tarefa de todo comunista", indicando as razões que a justificam.

A palestra, que despertou geral interesse, seguiu-se interessante debate.

S. Paulo (Da sucursal) — Vítima de insidiosa maldade, faleceu em Rio Claro o veterano militante comunista Wilson Camargo. Era empregado da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, ocupando o cargo de telegrafista em Marília. Além de árduo batalhador da causa socialista, Wilson Camargo destacou-se por sua participação ativa e corajosa nas lutas reivindicatórias e nas greves desencadeadas pelos ferroviários da Cia. Paulista, contribuindo para elevar a unidade e a organização dos trabalhadores.

ESTUDOS SOCIAIS N° 15

O último número da revista ESTUDOS SOCIAIS, que se encontra nas bancas, traz vários artigos sobre a situação política brasileira. Em editorial, faz uma interpretação das eleições de 1962: Almir Matus analisa o significado e as possibilidades do golpe — "Golpe, imperialismo e democracia"; Mário Alves estuda a posição da burguesia nacional na atualidade — "A burguesia nacional e a crise brasileira"; Pragmon Carlos Borges trata do "Movimento camponês no nordeste"; Renato Guimarães analisa a obra de Celso Furtado. Os demais

artigos são também de grande interesse: um trabalho da Assessoria Técnica Parlamentar sobre os "Aspectos econômicos da produção de automóvel no Brasil"; o manifesto "Pela Paz!"; de 1915, com o qual se inicia a publicação de uma série de documentos do movimento operário brasileiro; um estudo do filósofo polonês Leszek Kolakowski sobre a justiça do princípio do fim — "justiça os meios", mostrando suas implicações políticas. Fechando este número de ESTUDOS SOCIAIS, há várias críticas de livros.

Tópicos Típicos

Pedro Severino

NUDEZ

Noticiou "O Globo" (e talvez só por isso a notícia seja falsa) que o jovem pintor Harold Robin está sendo processado judicialmente em Johannesburg, na África do Sul, por haver pintado um Jesus Cristo inteiramente nu.

LEITE

Segundo informação do "Correio da Manhã", os estudantes paulistas farão uma passeata até o Palácio do Governo de São Paulo levando cartazes com os dizeres "Leite slim, pinga não". Espere-se que o governador eleito, sr. Ademar de Barros, prestigie a campanha anticatólica, tornando, é próprio, na ocasião, um copo de leite. Mas já existe quem diga que será um copo de "leite de onça".

AH, MEM...

Falando na televisão, o senador Mem de Sá se referiu ao deputado Leonel Brizola como "um líder comunocastro". Sobre a classificação o entrevistador nada disse a Mem. Ou melhor: disse "amém".

DUVIDA

Atribui-se a Dorival Caymmi aquela frase famosa segundo a qual "bairano burro nasce morto". Mas não se sabe se o compositor já conhecia o deputado baiano João Mendes na ocasião em que perpetrou a sua frase histórica.

CIÊNCIA

Pouca gente sabe que o deputado Mendes de Moraes (primo afastado do precedente) é um maritista de ciência. De acordo com informação chegada ao nosso conhecimento, sua excelência foi vítima de bem sucedida pesquisa científica, ao aplicar no próprio corpo cabendo uma substância que julgava ser o antídoto da tricomina.

Foi ver se era mesmo antídoto — e era.

SAMBA E DESAFIO

O II Festival de Cultura Popular, promovido pelo Centro Popular de Cultura, da UNE, domingo último, no Sindicato dos Metalúrgicos, foi coroado com a exibição de Aracy de Almeida, interpretando, magnificamente, alguns dos mais consagrados sambas de Noel. A veterana e querida "Araca" arrebatou os aplausos da platéia. Antes, o público empolgara-se com números de legítimo desafio nordestino, apresentados por uma dúzia de cantadores, todos do Nordeste, embora radicados no Sul. Os cantadores foram apresentados pelo popular radialista Rafael de Carvalho, nordestino de boa cepa, conhecedor dos diferentes gêneros de arte popular e um de seus melhores divulgadores entre nós. Em seguida, foi a vez da Escola de Samba Estação Primeira, de Mangueira. O pavilhão verde e rosa da tradicional escola de samba, querida de toda a cidade, tremulou e evoluiu no palco por mais de meia hora, conduzido por belas mulatas e exímios passistas. A bateria do grande reduto do samba abafou, como sempre. Foi um quase delírio. Nas fotos, dois momentos da festa: um par de cantadores nordestinos, com Rafael de Carvalho; e um aspecto das evoluções das cabraças de "Mangueira" (na ocasião toda a escola cantava o grande samba "Eu agora sou feliz...").



TRABALHADORES CONTRA A TRANSFORMAÇÃO DA CSN EM EMPRESA PRIVADA

Belo Horizonte, Minas Gerais (Da sucursal) — O Sindicato dos Mineradores de Congonhas do Campo realizou domingo último, com a participação de autoridades e da população, uma assembleia, para protestar contra a transformação da Companhia Siderúrgica Nacional em empresa subsidiária.

Campo faz parte da Companhia Siderúrgica Nacional. Os operários da usina são em número de 1.400, ganhando salário acima do mínimo regional, adicionais por tempo de serviço e gratificações semestrais. A empresa fornece ainda residência para a maioria dos operários, que pagam uma importância insignificante, a título de contribuição. Há uma cooperativa que fornece gêneros aos trabalhadores, cobrando preços menores que o comércio local, sendo que os filhos dos operários têm direito a receber leite diário e gratuitamente.

CRISIUMA: Greve Deu Aumento Aos Trabalhadores do Carvão

CRISIUMA, Santa Catarina (Do correspondente) — Após oito dias de greve os trabalhadores das minas de carvão deste município voltaram às suas atividades profissionais, tendo conquistado com a greve um aumento salarial de 40 por cento e um contrato coletivo de trabalho que permanecerá em vigor até o dia 1 de maio.

de janeiro, ficando a semana entre a declaração de paralisação e a sua paralisação efetiva como prazo para que os patrões pagassem o aumento reivindicado, o que já estava acertado desde dezembro do ano passado. Como os proprietários das minas não levaram em conta a advertência dos operários a greve foi levada a efeito e somente findou quando as justas pretensões dos trabalhadores foram atendidas.

Fazenda Mato Grosso, em Caxias:

BADGER PROMETE DESAPROPRIAR TERRAS PARA CAMPONESES EM LUTA COM GRILEIROS

Com a situação anormal criada pela mudança de governo estadual, assim como os problemas originários da volta ao presidencialismo em plano nacional, os latifundiários e grileiros se aproveitaram para intensificar suas atividades no Estado do Rio. Assim é que, em poucos dias, vários foram os casos de investidas para expulsar os lavradores de suas terras, como vimos em Magé, Itaboraí, Itaguaí, e outros municípios.

Realizou-se então, dia 31, enorme concentração frente à Câmara Municipal, onde foi organizada uma comissão composta dos líderes José Puzos da Silva e Francisco José da Silva, diretores da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio, deputado Francisco Alves da Costa, vereadores Percy Ribeiro (presidente da Câmara Municipal de Niterói) e José Maria Cavalcanti, e o delegado de Ordem Política e Social Rodolfo Brito, para realizar negociações com o governo a fim de solucionar o problema.

LUTA

Com o apoio da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio, a Associação dos Lavradores de Caxias, identificada da arbitrariedade e sabendo que o despejo estava marcado para o dia 30, tomou providências imediatas para mobilizar as massas camponesas, realizando no dia em que se faria o despejo gigantesco ato na fazenda, com a presença dos líderes camponeses José Puzos da Silva e Francisco José da Silva, dirigentes sindicais e o deputado Elzio Ramalho.

Os recentes acontecimentos no campo fluminense demonstram a grande disposição dos lavradores em defender seus direitos, não se intimidando com as violências dos grileiros. E mais, estão os camponeses reagindo de maneira nova com a mobilização de milhares de trabalhadores, recorrendo à solidariedade de outros setores e, o que é muito importante, sempre através de suas organizações, sob a égide da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio.

IMPOSSÍVEL LIQUIDAR...

(Conclusão da 7a. pag.) que ainda se comprazem em telegrafar aos interessados na manutenção do status quo em qualquer outra coisa. Para esses, a tradição significa o povo na senzala e éles na casa grande. Ninguém é mais herdeiro das tradições do nosso passado que o próprio povo; mas, herdeiro daquela autêntica e legítima tradição pernambucana e nordestina; tradição de trabalho, de resistência ao invasor, de luta pela independência; tradição da bravura, da coragem e do heroísmo de que deram prova brancos, negros e índios, senhores e escravos, militares, comerciantes e sacerdotes, de que deu prova o povo do Nordeste, o povo de Pernambuco. Nós somos herdeiros dessa tradição, admiramos e respeitamos os seus monumentos que a documentam, mas detestamos o culto da miséria, que se pratica através de um falso culto ao passado. Nós não temos os olhos presos ao passado, não temos saudade do passado. Guardamos dele aquilo que nos ajuda a ampliar nossas perspectivas, todas

elas projetadas no futuro. E o futuro, para o brasileiro atual, para o pernambucano que me escuta, é logo depois de agora, é cada dia que amanhece. A única diferença está em que cada dia amanhecerá inevitavelmente, quer queiramos quer não; mas o nosso futuro, o futuro de povo livre e emancipado econômica e politicamente, esse nós teremos que conquistá-lo a cada hora e a cada dia. E só nos será possível merecê-lo e conquistá-lo com trabalho e mais trabalho, com sacrifício e mais sacrifício. Sei que o povo de Pernambuco está disposto a isso, que não nos falta disposição para isso. E foi por isso e para isso que ele me colocou no governo. Por isso é que aqui me apresento, senhores representantes do povo, para pedir a todos, para pedir ao povo que se dedique ao trabalho e que me ajude a trabalhar. Acredito ter tudo o que um homem precisa ter para o trabalho, e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.

Recife: Federação Das Associações Dos Bairros Luta Contra a Carestia

Reportagem de Rildo Monteiro

A capital pernambucana acaba de ganhar mais um órgão de massas com a recente criação da Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco, cujos objetivos são os seguintes: a) — criar, instalar, ou defender todos os municípios, distritos e vilas do Estado, associações reivindicativas de legítimos interesses coletivos e nacionalistas; b) — organizar e instalar a Associação dos Fidejantes do Município do Recife; c) — defender intransigentemente, perante os poderes constituídos, todas as reivindicações reivindicativas, em questões atinentes à defesa da democracia e dos princípios nacionalistas, à formação de uma frente nacional, ao desenvolvimento econômico do país, à reforma, quando se fizer necessária, da Constituição brasileira e ao interesse particular de cada uma das ditas associações em face dos que se tornem seus opositores no campo das reivindicações populares; d) — reunir assembleias das associações integrantes desta federação para agitar e debater problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, planejamento urbano, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa da fauna e das reservas florestais e minerais, defesa de indústrias nacionais, habitação, transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico-profissional.

lher e defender, quando solicitada, junto às autoridades competentes, reivindicações de sociedades beneficentes, recreativas, desportivas, religiosas, artísticas e científicas, desde que os pleitos se relacionem com o programa de reivindicações da entidade; divulgação nos bairros, por meio da palavra escrita ou falada, e, ainda, por intermédio de associações filiadas, dos direitos e deveres constitucionais do cidadão, a forma da divisão administrativa da nação e a organização dos poderes do Estado; apoiar os trabalhadores, estudantes e outras classes do Estado em toda luta de caráter reivindicatório, desde que justa, em toda manifestação de rebeldia pela legalidade democrática e defesa da soberania nacional, pedindo-lhes, por outro lado, coberto para a autodeterminação das camadas populares e para as exigências junto ao governo no que tange ao rápido atendimento das reivindicações expostas nos seus estatutos; esforçar-se no sentido de que as associações que a integram comemorem, nos bairros, solemne e festivamente, a data do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, e outras datas cívicas e nacionais, incentivando e ajudando ainda suas filiadas a festejar a realização de trabalhos tradicionais populares, representações teatrais, danças e quermesses.

LUTA CONTRA A CARESTIA

Nestes últimos dias, a FABEP iniciou, com mais vigor, uma campanha sistemática contra a carestia de vida, notadamente contra a majoração no preço das passagens nos transportes coletivos, que acaba de passar de 10 para 15 cruzeiros, com a perspectiva de novo aumento. Isto pelo fato dos

donos das empresas estarem a exigir os cruzeiros, cuja soma exorbitante para a massa popular.

assembleia geral realizada no "Forum Sindical".

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

O aumento salarial conquistado pelos motoristas, despachantes, fiscais e cobradores das empresas de ônibus do Recife, depois de um dia de greve, foi uma grande vitória para a classe. No entanto, os tubarões dos transportes concederam-nos mediante promessa de estabilidade em maior novamento, no prazo de oito dias, o preço das passagens, o que vem obrigando a FABEP a marchar à frente do povo, no firme propósito de não permitir tamanho roubo às economias populares. Ao mesmo tempo, defende a conquista salarial dos motoristas, justa sob todos os aspectos, e consolidada no seguinte acordo, firmado entre o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros: 1.ª Clausula — A partir da data da assinatura do acordo, hoje, dia 6 de fevereiro de 1963, serão os seguintes os salários mínimos profissionais que passarão a vigorar para os empregados das empresas de transporte coletivo: motoristas — Cr\$ 30.000,00; despachantes e fiscais — Cr\$ 23.000,00; Cobradores — Cr\$ 20.000,00. Fica entendido que nenhum outro emprego das empresas de transporte coletivo poderá receber remuneração inferior à do cobrador. 2.ª Clausula — As empresas obrigam-se a pagar o dia de greve, hoje, 6 de fevereiro de 1963, de qualquer forma, os grevistas. 3.ª Clausula — O presente acordo entra em vigor a partir da data da sua assinatura, e será firmado pelos representantes legais dos Sindicatos convenientes, em três dias, para um só efeito legal, e homologado pelo delegado regional do Trabalho em Pernambuco.

DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Outras finalidades da FABEP, que já congrega cerca de 30 associações, espalhadas por quase todos os bairros recifenses, são: aco-

Uma farsa a Portaria da COFAP

Congelamento de Preços Foi Apenas Para os Remédios Pouco Conhecidos

Não passou de uma farsa a portaria da COFAP que congelou o preço de alguns produtos farmacêuticos. Isto porque, tabelando apenas umas 300 variedades de remédios, liberou as demais em número superior a vinte mil.

ALGUNS EXEMPLOS

Vejam, porém, alguns dos produtos congelados e quem os fabrica: — Laboratório Pfizer Co. (grupo norte-americano) — constam apenas dois produtos: Freuril (superado e de pouca aceitação) e comprimidos vaginais de terramycin (extantamente) a que o Pfizer menos vende; — Laboratório Bristol (de capitais predominantemente norte-americanos) — Castibina pomada, cujo preço já está atualizado, e Fubé, produto vitamínico inferior a muitos outros do mesmo laboratório e que não constam da lista; — Fontoura Wyeth (também com maioria de capitais norte-americanos) — o antiquado Cloral Brometado, não mais recetado; Ner-

sofen e Formosonon, o primeiro ultrapassado e o último dos de menor venda nesse laboratório; — The Sidney Ross — Levofed, quase que inteiramente desconhecido da classe médica e farmacêutica, e Noylian, contraste radiológico já superado por produtos superiores e mais eficientes; — Rhodis (francês) — Neoline, o produto de mais baixa saída do laboratório, e Teralene, anti-histamínico de fraca aceitação; — Ciba (suíço) — Phitina e Perandren, que ainda são vendidos graças a intensa propaganda feita há muitos anos atrás; — Laboratório alemão — Perinpherin Homburg, praticamente desconhecido das farmácias e médicos, Mepprosamin e Corhormon, ambos muito pouco recetados. Em resumo, dos trezentos e poucos remédios escolhidos, somente uma parte infima não se constitui de produtos superados e de pouca eficiência terapêutica.

QUEM GANHA COM A TOFF

No Brasil, cerca de 400 empresas fabricam mais de 20.000 produtos farmacêuticos. Entretanto, apenas oito empresas, aproximadamente, contribuíram para alguns medicamentos para a lista dos 300 congelados. Além disso, o nível qualitativo dos remédios da lista é heterogêneo, inúmeros estão indicados para os mesmos casos e são constituídos das mesmas substâncias. Os remédios escolhidos, em sua grande maioria, não são propagados junto à classe médica, não havendo portanto experiência firmada. A portaria, acentua-se, não torna obrigatório o fornecimento dos remédios que ficaram sujeitos ao congelamento de preços. Quem garantiria a aquisição desses produtos caso não venha a interessar os laboratórios, em qualquer tempo, o seu fornecimento? São os laboratórios, como se vê, os verdadeiros beneficiados com a portaria 1.007.

REMEDIOS DESCONHECIDOS

Quem se der ao trabalho de percorrer a lista dos produtos que tiveram seus preços congelados, notará, facilmente, que estão longe, aqueles medicamentos, de poderem ser considerados como "imprescindíveis ao normal atendimento das necessidades da população", para "atender às camadas menos favorecidas", conforme diz textualmente os "considerandos" da Portaria 1007, da COFAP.

Realmente, constam da lista dos "congelados", remédios há muito relegados a segundo plano pela própria indústria farmacêutica. São em sua maioria remédios já superados, pouco conhecidos da própria classe médica. Difícilmente um facultativo os recetará, pois quase nenhum atende às necessidades da terapêutica moderna, e alguns são praticamente desconhecidos pela maioria dos médicos.

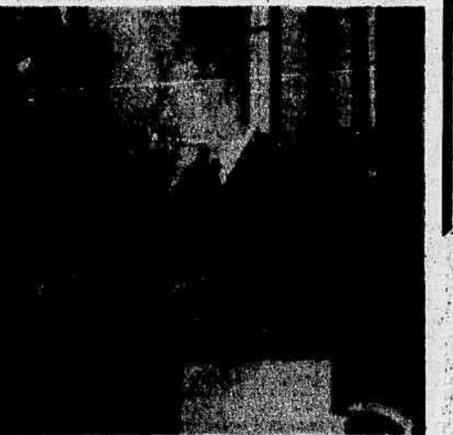
Quando muito, serão esses remédios desencaixados das prateleiras das farmácias e drogarias, após intensa propaganda do tipo popular, enganando sua venda sem receita médica. Convém acres-

TÉXTEIS DE SOROCABA EXPULSAM DIVISIONISTA

SÃO PAULO (Da sucursal) — Em assembleia realizada no dia 27 de janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sorocaba declarou expulsar dos seus quadros sociais o sr. Benedito Nunes Ferreira, presidente do Movimento Renovador Sindical, por infração dos estatutos da entidade.

RJ: EMPOSSADOS OS ELEITOS

A posse dos candidatos populares eleitos no Estado do Rio no último pleito foi motivo de festa em Niterói, com a realização de grande comício em frente às barcas dia 15 de janeiro, quando os novos deputados foram diplomados. Logo após o ato de diplomação, grande presença partiu do Palácio da Justiça, pela Avenida Amarel Petrólio, seguindo até às barcas onde falaram os deputados federais Demisthoiclides Baptista e Adão Pereira Nunes e os deputados estaduais Aristóteles Miranda Melo, Elzio Ramalho, Afonso Celso Nogueira Monteiro, José Antônio da Silva e Francisco Alves da Costa, além do ex-deputado da Constituinte de 1948 Claudino José da Silva. No dia 2 de feve-



ELIQUES E LIBERDADE

Na íntegra, a carta de José Firmino dos Reis, de São Miguel Paulista, Estado de São Paulo:

"O último pleito eleitoral veio mostrar o mádo crescente que a reação tem do povo. Como se não bastasse a campanha de mentiras, calúnias e intrigas, vimos o dinheiro do IBAD (e de outras siglas congêneres) jogar por todos os lados, na tentativa de impedir que em São Paulo fosse eleita uma bancada federal composta de elementos nacionalistas e populares e que ocorresse uma mudança para melhor na Assembléia Legislativa. Apesar de terem sido eleitos Plínio Salgado, Herbert Levy e outros da mesma linha observamos que o povo e a classe operária conseguiram eleger nomes de sua inteira confiança, por serem verdadeiros líderes populares; como Geraldo Rodrigues dos Santos e Rio Branco Paranhos, para a Câmara Federal, e Luiz Tenório de Lima, Osvaldo Lourenço, Mário Schenberg e Luciano Lepora, para a Assembléia Legislativa. Mas aconteceu o que sempre acontece nas democracias representativas. Não faz muito e vimos as eleições argentinas anuladas, a fim de que não tomassem posse os candidatos vitoriosos contra os trustes e monopólios norte-americanos.

Aqui a reação não conseguiria anular as eleições. Também não conseguiu, apesar do dinheiro gasto, derrotar os verdadeiros líderes proletários. Mas vem conseguindo impedir até agora, através da justiça de classe, que os mesmos sejam diplomados, inclusive Geraldo Rodrigues dos Santos que obteve cerca de quarenta mil votos. Isto é impedir os eleitores? Como pode essa justiça de classe exigir o cumprimento da Constituição, quando a desrespeita flagrantemente? O brasileiro, desde que completa dezesseis anos, e se não é analfabeto ou soldado, é obrigado a votar, podendo, pela lógica da Carta Magna, ser votado, sem qualquer outra restrição. Mas o que vemos é que este princípio existe apenas no papel.

Os senhores da classe dominante aqui falam muito em liberdade. Liberdade de quê? Liberdade de ser explorado? Liberdade de não obter uma vaga no hospital quando adoecer? Liberdade de ser preso e espancado quando pede mais um pedaço de pão? Liberdade de não poder lutar pela reforma agrária? Joffre Correia Neto cumpre vinte meses de prisão por defender essa reforma. Liberdade de que, afinal? De votar nos candidatos dos latifundiários? Nos candidatos dos trustes e monopólios norte-americanos? Esta não é a liberdade que o povo quer, principalmente os milhares de eleitores que votaram nos candidatos populares, cujo voto foi também contra a intromissão do imperialismo lanque nos nossos assuntos internos."

O QUE É A GUERRA?

O ex-combatente Ostalino Vidal da Silva contou a nosso leitor Onivaldo Moreira, residente em Brasília, uma triste história, a de sua vida de expedicionário. Reproduzimos algumas passagens do dramático relato.

"Sou casado, tenho mulher e quatro filhos menores, estou desempregado, tenho uma condenação de guerra e diversas lembranças da campanha da FEB na Itália".

"Contra! reumatismo agudo que me impossibilita de trabalhar porque todo o meu lado direito está dormente, sem tato e sem força. Essa doença foi contraída nas poças de sangue de meus companheiros: passava dias e dias com as roupas enfiadas de sangue, junto aos cadáveres de meus camaradas, porque o inimigo varria, de baía, toda a nossa trincheira, dia e noite".

"Passava dias e noites com as roupas molhadas das chuvas e entrancheado sob a neve das estepes geladas de Pávia, Borgo Masambo e Porreta. Foi no primeiro contingente e regressar quando terminou a guerra. Tenho diversas cicatrizes no corpo, produzidas por bala".

"De uma feita passei quatro meses em combate, sob a chuva, a neve, o fogo das metralhas do inimigo e a fome. Vi coisas inimagináveis. Meus olhos secaam, meu coração virou pedra, ao ver tanta barbaridade cometida contra o ser humano. Por onde passávamos as casas abandonadas estavam cheias de cadáveres: homens, mulheres e crianças com os olhos retorcidos e secos, a boca aberta, a pele seca, mortos também pela fome e pela falta d'água. Ruínas, currais, engenhos, chácaras, fábricas, casas, tudo destruído. Vi soldados a jogar crianças para o ar e separá-las na ponta do nariz. Vi mulheres e velhos correndo, em fuga, e serem despedidos pelas metralhas. Vi mulheres e meninos, de até nove anos de idade, serem prostituídos a preço de um pedaço de pão duro. Vi freiras e padres serem violentados. Matei homens que nunca havia visto, que nunca me tinham feito o menor mal; matei para não ser por eles morto. Matei porque assim me mandaram os homens, porque assim é a guerra. Vi companheiros, amigos e compatriotas cairrem ao meu lado com os miolos se misturando com a terra, sem que pudesse fazer nada. Foi a guerra sem saber o que se faz. Só quando voltei, soube que tinha ido ajudar a destruir o monstro nazista. E quando soube que os americanos haviam jogado uma bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, bomba que matou cerca de quatrocentas mil pessoas, eu cerrei os dentes e exclamei: ou lanque, que com esse ato de selvageria se equipararam aos bárbaros nazifascistas. Dai, hoje eu conclamar a todos os brasileiros e demais povos do mundo para que lutem pela paz e jamais participem de uma guerra".

Ostalino Vidal da Silva anda hoje coberto de trapos e faminto, vivendo de esmolas do povo. Tudo que o governo fez em seu favor foi arranjá-lhe uma permissão da polícia para que ele possa pedir uma ajuda para cuidar dos filhos.

DEBIL-MENTAL

Waldir Correia, de São Carlos, São Paulo, conta de um indivíduo que se diz chamar Armando Coutinho e que andou por sua cidade fazendo inócuas pregações anticomunistas e espalhando calúnias contra o ex-senador Luiz Carlos Prestes. O tipo fez palestras na rádio local e aventurou-se a um comício, não consumado, em praça pública. Sempre advertindo contra "o perigo comunista" que "viola as liberdades humanas" o intruso declarou-se "ex-líder da bancada do PCB na Câmara Federal" e "ex-assalariado de Moscou". Armando Coutinho não disse de onde vinha mas, afirma o nosso leitor, "todos ficaram sabendo que ele é da Guanabara, pau-mandado de Lacerda, e assalariado, isto sim, do imperialismo lanque". Waldir Correia conclui dizendo que não ficou dúvida na cidade a respeito da condição de débil mental do porta-voz lacerdistas.

MARXISMO E CRISTIANISMO

Menando Poliz, de São Paulo, capital, escreve aplaudindo a publicação, em nosso número 205, do artigo do pensador católico francês Claude Tresmontand, "Marxismo e Cristianismo". Na oportunidade sugere-nos a divulgação de uma lista dos países capitalistas onde os partidos comunistas estão na legalidade.

Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FATAESP)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Asssembléia Geral Ordinária

A Diretoria, usando das atribuições que lhe confere o artigo 24, alínea D, dos Estatutos e em cumprimento do seu artigo 14, convoca pelo presidente abaixo assinado, a Asssembléia Geral Ordinária da Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FATAESP), para o dia 3 de março de 1963, em sua sede social à rua Acadêmica do Nascimento, 160, sala 3, na capital do Estado de São Paulo, às 9 horas da manhã, em primeira convocação, ou caso não haja número legal, às 11 horas do mesmo dia e no mesmo local, em segunda e última convocação, com qual-

quer número, com a seguinte

ORDEM DO DIA

a) Leitura, discussão e aprovação da última ata;

b) Balanço das atividades da FATAESP no ano de 1962;

c) Plano de atividades para 1963; e

d) Assuntos vários.

Pedimos a todas as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas filiadas que não deixem de enviar seus representantes devidamente credenciados.

São Paulo, fevereiro de 1963.

JOSÉ ALVES PORTELA — Presidente.

Miguel Arraes pronunciou no ato da posse do governo de Pernambuco um discurso corajoso: de condenação ao latifúndio semi-feudal e ao imperialismo. Definindo posições, marcou objetivos, traçou caminhos. "Nenhum indivíduo pode considerar-se livre se sua Pátria não é livre" — afirmou o novo governador de Pernambuco. Por sua significação como um documento cujo conteúdo básico não se limita a Pernambuco, publicamos, a seguir, na íntegra, o discurso do governador Miguel Arraes na Assembleia Legislativa:

"Senhores representantes do povo:

Apresento-me nesta Casa Investido da mais alta honra a que pode aspirar um homem do povo, como eu: investido, por força da vontade expressa livre e conscientemente pelo povo de Pernambuco, da responsabilidade de governar o Estado. Governar não é fácil nem é cômodo, no Brasil de hoje; já não sendo apenas privilégio dos bem-nascidos, que quase sempre entenderam governo como administração de interesses de pequenos grupos, aparências familiares ou econômicas. Governar também significa, no Brasil de hoje, aceitar a tarefa difícil de contribuir para a construção do novo Brasil, que está surgindo em consequência do processo irreversível de nosso amadurecimento político. Significa para mim, por isso mesmo, trabalhar para que o povo de Pernambuco reencontre o caminho da sobrevivência, perdido ao longo de uma história, cada vez mais dramática, de miséria e de fome.

Se hoje aqui me apresento, investido dessa honra e dessa responsabilidade, é porque fatos novos, e altamente significativos, estão ocorrendo em nossa vida política. Um deles, já fortemente apontado pelos que estudam a nossa realidade, é a participação do povo cada vez mais assídua e consciente no processo da sociedade brasileira. Não se trata, a menos, de sua influência transformadora nas organizações partidárias, modificando-lhes o caráter de organizações de elite, que ainda existiam em grande escala. Trata-se, principalmente, da decisão do povo de influir e mesmo impor sua vontade, quando sente ou sabe que sua manifestação é imprescindível ao desenvolvimento do nosso processo histórico; trata-se da vontade, que o povo manifesta cada dia com mais frequência, de exercer sua capacidade política, amadurecida, que se encontra para assumir funções dirigentes. Esse fato novo — o aparecimento do povo como categoria histórica — é que explica que se hoje aqui me apresento, não em nome do povo, mas em nome do povo, para assumir o governo do Estado.

Capital da mais antiga, e mais rica região do Brasil, hoje Pernambuco é o mais freqüentemente repetido exemplo de analfabetismo, de miséria e de fome. E tudo tem acontecido como se as estatísticas fossem frios números, sem realidade e sem vida, ou tradutores de uma realidade distante e para nós estranha. Como se as 500 crianças que morrem em cada 1 000 que nascem em nosso Estado não fossem filhos nossos, ou parentes, ou vizinhos, não fossem pernambucanos e brasileiros, que a incuria criminosa de todo um sistema de indiferentismo e de fasciosidade inola no viver abastado e cioso de uma poucos privilegiados.

Eu não tenho, como não têm vozes excepcionais, o direito de ignorar que, pelo menos historicamente, a era do indiferentismo e do fasciosidade já acabou; os tempos agora são outros, e não é preciso ser profeta para entender o dia de ontem e o de hoje.

TEMPO DE AÇÃO

Vivemos hoje um tempo brasileiro, marcado nem de pessimismo nem de otimismo, nem de desencanto nem de ilusão, mas, de vontade de fazer e de trabalhar, de determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir. O processo de mudança, que de somos autores e atores, é o projeto nacional que dá sentido e confere dignidade à condição de político, de militar, de administrador, de governante, de intelectual, de cidadão do Brasil dos nossos dias. A preocupação de todos os que estão empenhados na construção de esse projeto é vencer e unir todas as forças para a rápida superação do atraso e do subdesenvolvimento em que nos encontramos. E nessa luta é necessário não perder tempo, não gastar inutilmente, não desperdiçar energia inutilmente. Passou o tempo das discussões acadêmicas, dos torneios de oratória em defesa de posições teóricas importadas e mal-traduzidas. Agora é o tempo de agir, de fazer, de enfrentar a dura realidade, que é a nossa, para compreendê-la e modificá-la. Tempo de fazer do homem brasileiro — o que morre de fome nas secas do Nordeste e o que vive subnutrido e doente nas grandes concentrações urbanas, o que é vítima das epidemias que matam lentamente e

ARRAES NO GOVERNO I

Impossível Liquidar o Subdesenvolvimento Sem Liquidar a Exploração Estrangeira

da; no processo da revolução brasileira devem participar todos aqueles realmente interessados na superação da miséria e do atraso. Temos condições para formar uma ampla frente, que inclua a maioria dos brasileiros evitando as divisões em torno de falsas posições teóricas. E quando vejo alguém interessado, preliminarmente, em discutir a posição teórica, filosófica ou religiosa, de A ou de B, desconfio sempre que esse alguém está interessado em não resolver, e impedir que se resolva, qualquer problema concreto do povo. O que devemos discutir, na verdade, é a maneira de nos unirmos para resolver esses problemas concretos do povo. E são numerosos, mas, é preciso não esquecer que alguns são prementes, de solução urgente, inadiável, como a fome e a impossibilidade de o povo sobreviver em grandes áreas do nosso território. Uma dessas áreas é o Nordeste, que tem o seu epicentro em Pernambuco, porque não disse, nesta antiga cidade do Recife.

O NORDESTE

Já não é mais possível, a quem quer que seja, pensar no Nordeste como uma abstração, ou uma realidade apenas numérica e estatística, a fornecer dados para um mero exercício erudito de discurso ou de ensaio. As taxas e os índices apenas traduzem uma realidade econômica, política e social, cuja conservação, por omissão ou ação, constitui crime que o povo brasileiro já não aceita e punirá mais cedo ou mais tarde. Essa realidade é a nossa; o Nordeste não é mais, nos dias que encontramos carne para comer e os que levam meses apenas charque e peixe seco, quando comem. Somos nós o Nordeste, essa região dentro da qual caberiam juntos países como a França, Portugal, Bélgica, Itália, porém que apresenta um dos mais baixos índices de vida do mundo; dentro da qual vivem 25 milhões de brasileiros, dos quais mais de 15 milhões não se utilizam do dinheiro, nem sabem, ou mal sabem, qual é a nome, moeda corrente, empregada na área dos países citados. Vivemos 15 milhões de pessoas no Nordeste, com um nível de pobreza comum em todas as regiões, e tentando obter a vida, ou tentando alimentar crianças que jamais terão energias para crescer e produzir, ou disputando a vida com doenças que a miséria, o atraso e a fome disseminam a cada dia.

DESARROLVIMENTO PARA O POVO

Se ninguém mais hoje admite que o desenvolvimento do país se processe em benefício de certas áreas e em detrimento de outras, muito menos se admite que ele se processe em benefício apenas dos grupos econômicos. Do nosso processo de desenvolvimento tem de ser beneficiário todo o povo brasileiro. Daí porque me incio entre aqueles que reclamam a participação do Estado, cada vez mais direta e mais decidida, no sentido de melhorar as condições econômicas do Nordeste, região na qual, aliás, se tem mostrado mais ativa e sensível, pela ausência de iniciativa privada. Essa é uma das características da economia nordestina: a de que ela se encontra praticamente virgem da influência dos grandes grupos financeiros. Mas, mesmo admitindo, como admito, que é necessária a participação de empresas nacionais privadas, sobretudo daquelas que provaram sua experiência na região Centro-Sul, entendo que a solução dos problemas econômicos do Nordeste não poderá jamais ser atingida mediante a simples instalação dessas empresas ou fábricas de capital privado.

Isso porque elas apenas procurariam, como é de sua essência, propiciar lucro a seus acionistas e não viriam para cá com o intuito de resolver os problemas das populações nordestinas. Quando falo do Nordeste falo, conseqüentemente, de Pernambuco. Tenho a convicção, alicerçada numa dura experiência administrativa, de que os problemas de um e de outro não estão isolados e dependem de uma política nacional bem planejada. A má-fé de uns poucos pretendem instalar que se iria transformar Pernambuco numa ilha isolada do resto do Brasil. Pernambuco é um Estado da Federação Brasileira, é um dos integrantes do Nordeste, e a solução de seus problemas, em grande parte, depende da política que

o governo federal vier a adotar em relação a esse e a outros problemas. Mas, há uma outra verdade, tão elementar quanto essa, que é necessário dizer e repetir, não ter receio de dizer e repetir: nós não poderemos liquidar o subdesenvolvimento sem liquidar a exploração do capital estrangeiro no país; também ninguém poderá liquidar o subdesenvolvimento e a exploração do capital estrangeiro sem um adequado planejamento do desenvolvimento da economia nacional.

INDUSTRIALIZAÇÃO

O exemplo da industrialização me parece bastante ilustrativo dessa verdade. Não se que é necessário, para o desenvolvimento do Nordeste, criar um sistema que modifique sua posição de simples fornecedor de produtos primários às áreas mais adiantadas e industrializadas do País. E que uma das bases desse sistema econômico é a industrialização, cujo mito cresceu dia a dia, dada a inevitável correlação entre desenvolvimento industrial e padrão de vida. Desejo muito se aproveitem os que não têm pudor de enriquecer à custa da miséria do povo, os que não têm vergonha de vender o País à ganância dos grupos internacionais. E isso se aproveitam criando um outro mito, este mentiroso e historicamente falso, de que a industrialização só poderá ocorrer com a ajuda do capital estrangeiro. Qualquer estudante de economia sabe o que o desenvolvimento industrial do País teve impulso, precisamente, quando era nulo, ou bastante reduzido, o afluxo de capitais estrangeiros. Nos anos 30, o nosso avanço industrial apresentou um aumento anual superior a 8%, sem que houvesse qualquer aumento na aplicação de capitais estrangeiros em nossa economia. E quando, logo depois, esses capitais começaram a aumentar, ocorreu, conseqüentemente, uma redução na taxa anual de nosso crescimento industrial. O que é pior: esse afluxo de capitais estrangeiros contribuiu para que, em muitos setores de nossa economia, permitisse, e se solidificasse, a estrutura econômica, tipicamente colonial que estávamos querendo modificar. Isso aconteceu porque a ajuda hoje constitui um problema a resolver. E é fácil compreender porque. Foi e é porque os capitais estrangeiros se aplicaram e se aplicam não em atividades que interessam ao nosso desenvolvimento, mas, naquelas atividades que oferecem mais vantagens aos investidores privados estrangeiros, todos eles interessados em matérias-primas a baixo preço, em mão-de-obra a salário de fome, em favores e privilégios cambiais e fiscais, de cujos lucros já se desconta o preço do suborno, da advocacia administrativa, da tração.

Tudo o que acabo de dizer não mais constitui novidade para o povo. Também já não pode servir de pretexto à ação policial contra os que defendem os interesses do Brasil. São verdades que sangram no corpo da nação, e na alma de cada brasileiro, desde o histórico suicídio de Getúlio Vargas. São palavras ditas: "Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaturei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais alou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam 50% ao ano. Nas declarações de valores do comércio exterior, constantes de mais de 100 milhões de dólares por ano". Essas palavras que acabo de ler, escritas por Getúlio Vargas pouco antes de suicidar-se, são as que melhor documentam a verdade a que há pouco me referi. Mas há outras verdades que o povo já não desconhece. O povo sabe, por exemplo, que a industrialização somente não operará o milagre de salvar o Nordeste; e sabe também, por mais creído ou místico que o pntem, que a salvação do Nordeste não ocorrerá por milagre de nenhum santo ou messias. A salvação do Nordeste é uma tarefa de homens. É uma tarefa de homens que estão convencidos de que a questão agrária ocupa o centro da problemática nordestina.

REFORMA AGRÁRIA

Fala-se muito, fala-se demais em reforma agrária; falam-se nela homens de tendências às mais variadas, já há dezenas e dezenas de projetos de reforma agrária, inclusive dos latifundiários. Fala-se tanto que a expressão deixou de ser subversiva. Agora, é preciso deixar de falar em reforma agrária, é necessário fazer-la, pois sem isso não haverá desenvolvimento, por maior que seja o impulso industrial. No caso do Nordeste, é urgente resolver a questão agrária. E resolvê-la não significa dar um pedaço de terra a cada nordestino. Essa é uma mentira de demagogos. A demagogia nunca se voltou, por exemplo, para a ligação que nos dá o agreste pernambucano, onde existem 176.000 pequenas propriedades, para as quais jamais se traçou uma política adequada, para as quais jamais a demagogia traçou qualquer plano. As 176 mil famílias dessas pequenas propriedades não podem sobreviver na terra, não podem viver da terra, por lhes faltar condições mínimas; não contam com financiamento, não há política de defesa de seus preços nem há uma organização capaz de negociá-los no mercado. Para esse total de 176 mil pequenas propriedades, a demagogia nunca disse que há apenas 3 mil contratos de arrendamento, que somam milhões de hectares de terra, mas que são os únicos existentes em Pernambuco. Isso significa condenar a imensa maioria dessas pequenas propriedades a abandonar o cultivo da terra, para ser trabalhadora alugada a usinas ou a outras grandes propriedades; e significa, também, condenar a improdutividade uma considerável faixa de terra, que poderia estar contribuindo para a riqueza do Estado. Esse exemplo mostra que a simples distribuição de fatias de terra não virá resolver qualquer problema, caso não se ponha em prática uma política que organize e ampare o trabalho dos pequenos proprietários. Mas não é só isso. Se não fomos capazes de modernizar a nossa agricultura, pela simplificação da estrutura econômica, que ainda é a nossa, pelo estabelecimento de adequado nível de capitalização e pela fixação de salários dignos e capazes de possibilitar ao nordestino as condições indispensáveis ao manejo das técnicas modernas de produção, se não firmamos isso não teremos feito o mínimo necessário à superação do nosso atraso e da nossa miséria. E isto é tarefa de homens, de homens como nós, os que governam e os que não governam, os que governam os municípios, os Estados, a República. Para cumprir essa tarefa, e outras igualmente necessárias e urgentes, é preciso antes de tudo não mentir a si mesmo nem ao povo. É necessário ter a coragem de denunciar as falsas promessas, algumas delas tão perigosas, algumas praticadas com problemas cuja discussão não se faz serenamente, sem paixão, dada a carga emocional que já criaram, de tão grosseiro. Não há melhor exemplo disso do que o problema da habitação popular no Recife. Com a ajuda da Aliança para o Progresso, prometeu-se dar casas ao povo e resolver o problema dos mocoscos. Fazer 3 mil casas e dá-las ao povo não faz mal a ninguém nem seu sou, contra isso. Mas, se se anuncia, como se anunciou, que isso resolve o problema da habitação popular, o mínimo que se está fazendo e mentir ao povo. E isso porque o povo antes não havia contado os mocoscos. Sabia, antes e durante a campanha, que Recife, com os seus 800 mil habitantes, possui apenas 74 mil edificações de alvenaria e cimento armado, enquanto o número de mocoscos se eleva a 110 mil, dos quais 28 mil são cobertos de palha. Sabia e sei que ninguém pode resolver esse problema nem dando 3 mil casas ao povo nem dando uma casa a cada uma das famílias que moram em mocosco. O povo hoje sabe disso, mentiras como essa já não podem iludi-lo.

COMPROMISSO COM O POVO

Durante a nossa campanha, durante a campanha do povo pelo governo de Pernambuco, todos nós aprendemos muito. Foi edificante lição para todos. Foi, principalmente, uma lição para os privilegiados. Também foi uma lição para nós, o povo. Se já não éramos, agora aprendemos a não ser conformados, a impor nossa vontade, a exigir que se governem do ponto de vista da maioria da população e segundo os interesses legítimos do povo. Porque já não somos conformados é que sabemos, por exemplo, que nos últimos vinte anos se fez mais que em qualquer outros vinte anos de nossa história. Foram construídas mais escolas, mais estradas, mais ambulatórios, mais tudo o que se quiser. Mas não aprendemos que isso, somen-

te isso, nem constitui progresso, e mera aparência de progresso, nem é favor, não deve ser favor que os governantes nos concedem em troca de nossos votos.

A luta eleitoral que aqui se travou foi uma experiência para o povo brasileiro. Com apoio em líderes de sindicatos, de bairro, de associações, de clubes esportivos, o povo debateu seus problemas, expôs suas necessidades e suas aspirações, mediou suas forças e decidiu impor sua vontade. E decidiu porque, entre outras coisas, eu jamais disse ao povo, com quem convenci para o governo com soluções mágicas para seus problemas; o que sempre fiz foi discutir os problemas do nosso ponto de vista, segundo uma perspectiva de conjunto procurando mostrar a ineficácia de soluções isoladas e a impossibilidade de qualquer passo à frente sem a participação do povo no debate e no equacionamento dos problemas que temos a resolver. O sentido de nossa luta foi esse. E por isso é que a nossa vitória eleitoral não se considera uma contribuição do povo pernambucano à renovação de nosso processo político e administrativo. Ela deve, também, ser entendida como advertência aos que ainda se mostram hesitantes, os que ainda não entenderam, ou preferem não entender, a significação e o sentido da revolução brasileira. Esses costumam dizer que não têm compromisso, que preferem ficar livres, independentes. Pois eu tenho compromissos, eu assumi compromissos. A diferença está em que eles não podem confessar os compromissos que assumiram e eu posso, porque os assumi em praça pública, com meu povo e minha região. Os compromissos que assumi podem ser resumidos em um só: o de trabalhar com o povo, com ele discutir os problemas e procurar meios e recursos para resolvê-los.

NÃO SOMOS LIVRES

Aquela outra afirmativa dos hesitantes e dos escamoteadores, de que preferem ser livres e independentes, é ainda mais falsa. Nenhum indivíduo pode proclamar-se livre se a sua nação não goza de liberdade. E nós ainda não somos uma nação livre, nem as nossas classes trabalhadoras adquiriram aquelas liberdades mínimas essenciais à dignidade do homem e do trabalho. O conceito básico de liberdade que nos foi legado pelas constituições revolucionárias do século 19, já não pode ser violado sem que não haja tempo suficiente para a sua liberdade de todo poder fazer, enquanto que não incoadumem seus privilégios os privilegiados do sistema, é uma pilhéria, na qual ninguém mais pode acreditar.

Sei que não alguns ainda acreditam, e isso tem contribuído para adormecer, em certas camadas da população brasileira, o inconformismo e a revolta que aceleram o ritmo de nosso processo de mudança. Mas o povo está aprendendo que esse conceito significa a liberdade de ser rico, para uns poucos, e a liberdade de ser infeliz e miserável para a maioria do povo.

A liberdade do homem é uma conquista do homem, não é doação de nenhuma lei ou governante. E o homem só se torna livre quando ele é capaz de dominar sobre a natureza, sobre si mesmo, sobre os produtos de sua atividade. A liberdade não é uma dádiva, é liberdade, e todas elas implicam em exercício de um poder efetivo. A liberdade de opinião e a de participação no processo social são liberdades políticas, das quais parte do nosso povo se está utilizando cada vez mais conscientemente; mas é preciso não esquecer que elas ainda não se entenderam a todo o povo, que a maioria de nosso povo permanece à margem dessas liberdades. Por isso o nosso povo, em sua maioria, não tem a liberdade de trabalhar. E não a tem porque não há liberdade sem poder efetivo, sem possibilidade concreta de exercê-lo. E a maioria do nosso povo não tem essa possibilidade, seja porque reduzido em sua capacidade física, pela condições miseráveis em que vive, seja porque minimizado em sua capacidade intelectual, pelo atraso e pelo analfabetismo, seja porque limitado em sua margem de escolha, pela as deficiências quantitativas e qualitativas de nossa estrutura socio-econômica.

A LIBERDADE DO POVO

Esse conceito novo de liberdade do nosso povo está aprendendo, na prática da revolução por ele iniciada. Em essência, a Revolução Brasileira é a luta do povo brasileiro pela conquista dessas liberdades. Nós todos sabemos que não pode haver liberdade concreta para o cidadão, sem a liberdade social, econômica e política. A liberdade é um poder que libera o homem. Mas esse poder liberador não pode ser, não é, seguramente não é aquele que certos homens estabelecem sobre outros homens; é aquele que o homem ganha sobre a natureza e sobre sua própria natureza social. Daí a luta que o povo brasileiro está tra-

CONTINUARÁ O MESMO

Senti que era de meu dever dizer tudo que acabo de dizer, com minha rudeza de nordestino e meu orgulho de ser brasileiro. Tentaram apresentar-me como agitador e incendiário, o homem que iria perturbar a tranquilidade e a paz da família pernambucana, e convulsionar o país, se eleito governador do Estado. Depois, passaram então a dizer que eu era um homem mudo, que iria modificar as mais posições políticas, abandonar aqueles princípios que por serem os princípios do povo brasileiro, sempre fortaleceram a minha vida pública. Pois que ninguém se iluda: assim como não me conseguiram transformar em agitador e incendiário, também não conseguiram e jamais conseguirão transformar-me num homem mudo, acomodado aos privilégios que sempre combati e posso agora mais e melhor combater, ao governo do Estado.

Quando afirmo isso, com a convicção e a energia com que afirmo, não estou pretendendo banear o bicho raro e extravagante, o messias do Nordeste. Nada disso. Falo com essa convicção e essa energia porque sei que milhares e milhares de brasileiros, iguais a mim, poderiam estar no meu lugar. E não apenas no Nordeste, mas no Brasil todo. Aqui mesmo nesta casa e fora dela, neste e em outros Estados, há milhares de brasileiros que pensam como eu que têm a mesma situação que eu tenho, que são capazes de administrar e de governar e administrar com honestidade e sofrimento, homens que são da Revolução Brasileira. Esses brasileiros constituem uma espécie de fraternidade dos inconformados: inconformados com a miséria, com a fome, com o atraso, com o analfabetismo. Inconformados com a condição de país subdesenvolvido e atrasado. Inconformados porque sabem que o Brasil, por força das mudanças sociais e econômicas que aqui estão ocorrendo, está caminhando ao progresso e esse progresso deve vir em benefício de todo o povo e não apenas de alguns grupos. Fraternidade dos que detestam o culto da miséria, e por isso lutam contra o falso culto do passado e da tradição, em (Conclui na 6ª pag.)

Que Fim Levou Meu

Salário Mínimo?



A verdade é que o novo salário mínimo, estabelecido por decreto de 3 de dezembro de 1962 e em vigor a partir de 1.º de janeiro do ano em curso, chegou tarde e superado; o montante fixado (Cr\$ 21.000,00 para Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte), já quando foi decretado não se mostrou suficiente para atender às necessidades mínimas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte dos trabalhadores e de suas famílias. A porcentagem de majoração sobre o nível até então vigente foi calculada levando-se em conta os índices do aumento do custo de vida até o mês de setembro do ano passado, o que significa que todas as elevações de preços forçadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 62 foram deixadas criminosamente de lado quando as autoridades federais, cedendo à luta dos trabalhadores dirigidos pelo seu Comando Geral, não puderam mais protelar a denominada — pelo governo, vê-se logo — atualização dos níveis salariais dos operários.

Anunciada a vigência do novo "mínimo" a onda aumentista intensificou-se. É o que sempre acontece quando das revisões salariais. Sem que sejam molestados pelos governantes os donos de empresas, atacadistas e especuladores de todas as categorias aproveitam-se das lutas dos trabalhadores por reajustamento de salários para dobrar e até triplicar seus lucros, empreendendo uma elevação-gigante de preços em três etapas: a primeira quando os trabalhadores iniciam sua campanha; a segunda quando o governo atende — apenas, e invariavelmente, em parte — a reivindicação das massas em luta, decretando aumento de salários; e a terceira quando o aumento passa a vigorar.

A última majoração do salário mínimo obtida pelos trabalhadores foi de pouco menos de 60 por cento sobre o nível até então imperante, determinado em 13 de outubro de 1961. Segundo dados da revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas, o ano de 1962 na Guanabara bateu todos os recordes no que tange à elevação do custo de vida: 52,7 por cento. Observe-se que aí não estão registrados os aumentos de preços nos períodos de outubro a dezembro de 1961 e de janeiro de 1962 em diante. É sabido que as grandes massas trabalhadoras que percebem o salário mínimo — e está nesse caso a grande maioria do proletariado nacional — gastam o grosso do seu orçamento nas despesas com alimentação, justamente o setor sobre o qual mais se fez sentir a majoração de preços (61,1 por cento em 1962, ainda segundo a publicação mencionada). Todos sabem igualmente o que constitui o básico na alimentação dos nossos trabalhadores e de suas famílias: feijão, arroz, farinha, charque, carne. Pois bem, sempre segundo dados de "Conjuntura Econômica", vejamos o quanto subiram os preços desses produtos durante o ano passado. Pela ordem: feijão, 303,7 por cento (isto mesmo, trezentos e três vírgula sete por cento); arroz, 131,1 por cento; farinha, 91,8 por cento; charque, 62,5 por cento; carne, 41,9 por cento. Para quem emprega mais da metade do salário que percebe em gastos obrigatórios da metade do salário em mais de trezentos por cento de que terá adiantado uma melhoria (?) salarial da ordem de sessenta por cento? E, repetimos, estamos abstraindo-nos das subidas nos preços durante os meses de outubro/dezembro de 1961 e janeiro do ano em curso.

Enquanto o salário mínimo teve um acréscimo de sessenta por cento notamos que alguns objetos e utensílios imprescindíveis até mesmo nas mais primárias habitações sofreram aumentos superiores ao estipulado à remuneração básica do operariado. Como exemplo: o preço de um copo subiu em 127,3 por cento; o de uma xícara em 111 por cento; o de uma panela em 110,2 por cento; o de uma lâmpada, em 104,8 por cento; o de uma frigideira, em 97,7 por cento; o de um prato, em 87,5 por cento; o de uma vassoura, em 34,8 por cento.

Outra despesa compulsória do trabalhador é a que se refere ao vestuário. Ele como aumentaram em 1962 os preços de algumas peças indispensáveis: camisa de tricoline, em 82,9 por cento; calça de brim, 64,3 por cento; morim para fazer cuecas e lenços (metro), 57,7 por cento; terno de tropical do mais barato, 55,4 por cento; calçado de homem, 47,8 por cento; calçado de senhora, 33,7 por cento; um lençol (um, pelo menos, para cobrir as crianças), 92,7 por cento.

Trabalhador também vai ao cinema, inclusive o que não sabe ler. O proletariado tem sido até mesmo a bilheteria básica do cinema nacional. Prestígio e incentivo, como pode, e nos seus realizadores, particularmente quando estes levam para as telas os temas do dia a dia da vida do povo. Assim, o cinema igualmente contribui para consumir com o salário mínimo, principalmente quando os preços dos ingressos nas casas de espetáculos sobem mais rapidamente do que as majorações salariais. E em 1962 as entradas custaram 63,8 por cento mais caras, contra a elevação de menos de 60 por cento do "mínimo".

Mas a diversão por excelência do trabalhador brasileiro é o futebol. Quando o salário mínimo andava pela casa dos 9 mil e 800 cruzeiros uma arquibancada no Maracanã era comprada ao preço de trinta e quatro cruzeiros. Hoje com vinte e um mil cruzeiros mensais, o trabalhador paga duzentas "gratas" para ver Pelé ou Garrincha. O preço da arquibancada aumentou em quase seis vezes, ao passo que o salário foi melhorado apenas em cerca de uma vez e meia. Resultado: o trabalhador vai cada vez menos ao futebol, seu divertimento predileto.

Para enfrentar o calor na Guanabara sem água o trabalhador está pagando mais 100 por cento por uma cerveja e mais 114,3 por cento por um guaraná, comparando os atuais preços com os de dezembro de 1961. Eis um dos motivos porque os casos de insolação acontecem com mais frequência entre os que não ganham além do salário mínimo. O cigarro — companheiro de trabalho do operário neste País onde o governo não tem a mais leve preocupação de lançar uma campanha sobre os malefícios do fumo — subiu de preço em 1962 na mesma razão da alta do nível salarial mínimo, continuando portanto a ter considerável responsabilidade no desaparecimento da remuneração do trabalhador.

As majorações salariais não acompanham as majorações do custo de vida. Mas não fica nisso a desdita dos assalariados. Em todas as ocasiões em que são obrigados a conceder aumentos os patrões usam impunemente dos mais perversos e perversos expedientes a fim de não pagarem integralmente a seus operários. A cada decretação de novo salário mínimo repetem-se com constância matemática as demissões, as protelações e as recusas diretas de pagamento. Há, sempre, o odioso recurso dos descontos para fins que o empregado nunca chega a saber quais são. E que dizer da imoral prática de forçar, sob pena de sumário desemprego, o trabalhador a assinar recibos que não correspondem ao salário real?



O aumento foi pouco

A foto abaixo já foi publicada uma vez em nossas páginas, ilustrando uma reportagem contra a carência, em 1960. Na ocasião o salário mínimo andava melhorando os dez mil cruzeiros. Comparando os preços da época, para o arroz e o feijão, com os de hoje, vemos que diante do que subiram o cereal e a leguminosa — ambos elementos básicos na nossa alimentação — não há como não considerar irrisório esse salário mínimo de vinte e um mil cruzeiros.

Os índices de crescimento dos preços de alguns produtos alimentares no ano que passou: tomate, 81,3 por cento; banana, 66,1 por cento; batata-doce, 64,6 por cento; peixe, 60,6 por cento; leite, 60,6 por cento; sal, 56,6 por cento; ovos, 57,0 por cento; biscoitos, 51,4 por cento; alicafe, 51,4 por cento; farinha de milho, 47,9 por cento; açúcar, 39,7 por cento; banana, 34,3 por cento; óleo vegetal, 30,3 por cento; abóbora, 30 por cento; manteiga, 26,5 por cento; pão, 24,2 por cento; queijo, 22,9 por cento; batata inglesa, 19,4 por cento; cenoura, 18,3 por cento; cebola, 18,1 por cento.

Algumas porcentagens verificadas nos aumentos dos produtos farmacêuticos e de higiene, que passam substancialmente nos orçamentos dos trabalhadores, são necessitados de assistência médica e hospitalar: injeções em geral, 117,4 por cento; talco, 91,7 por cento; algodão, 85 por cento; escova de dentes, 45,3 por cento; pasta dentífrica, 45,8 por cento; sabonete, 40 por cento; cefalospirina, 27,3 por cento; bicarbonato, 27,3 por cento; todo, 23,6 por cento.

Como dizem os trabalhadores: "o novo salário mínimo não deu nem pra saída." (Os cálculos acima foram extraídos da revista "Conjuntura Econômica").

APERTO MAIS CARO

Os aumentos dos preços das passagens de ônibus e lotações vêm diminuindo de intervalo. São autorizados, particularmente depois que Lacerda instalou-se no Palácio Guanabara, quase que a cada dois meses. Somando as várias e sucessivas majorações obtidas pelos donos das empresas em 1962 veremos que as passagens de ônibus subiram em 50 por cento e a do lotações em 33,3 por cento. Existem linhas, das que alcançam os subúrbios, exatamente as que são utilizadas pelos trabalhadores, em cujos veículos o preço da passagem já ultrapassou em muito os trinta cruzeiros. Algumas delas: Candelária-Vaz Lóbo, 38 cruzeiros; Tiradentes-Braz de Pina, 38; Praça 15-Méier, 35; Praça 15-Piedade, 46; Candelária-Bangu, 69,50; Castelo-Taquara, 38; Penha-Passeio Público, 35; Penha-Cosme Velho, 38; Olaria-Forte de Copacabana, 47,50; Lina-Passeio Público, 33; Praça 15-Todos os Santos, 31; Mauá-Cascadura, quarenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos. O último aumento, posto em vigor e decretado já depois que os trabalhadores passaram a perceber o novo salário mínimo, variou, nas diversas linhas, entre 22 e 28 por cento. Assim, enquanto o salário-mínimo foi melhorado em menos de 60 por cento, os ônibus e lotações tiveram suas passagens encarecidas em até mais de 70 por cento, em alguns casos.

Sobre aumento de táxis é quase ocioso falar: no Brasil, via de regra, operário só anda em automóvel de praça, por motivo de doença, ou em outra ocasião excepcional.

Restou ao trabalhador, como meio de se locomover de casa para o trabalho e de regressar ao lar, valer-se dos trens da Central e da Leopoldina. Amontoado como gado — veja-se a fotografia ao lado — é nos vagões das duas ferrovias que ele vem para a cidade, pela madrugada ainda, e retorna para o subúrbio, à noite. Paga dois cruzeiros por viagem; o preço é apenas simbólico. A política econômico-financeira, de "austeridade", do governo vai tirar-lhe porém o "privilégio" de ser espremido e pisado pagando apenas tão ridícula quantia. Um aumento de 500 por cento está sendo anunciado para os preços das passagens dos trens suburbanos. O aperto vai custar mais caro.



Dormir no molhado

É o título de um samba gravado por Moreira da Silva, cantor de grande popularidade entre os trabalhadores e as camadas mais humildes da população. Mas dormir no molhado corres-

ponderá em breve à triste realidade de muito operário que recebe salário mínimo. Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a participação dos alugueis nas despesas dos trabalhadores atinge a um montante de vinte e cinco por cento do salário. Um apartamento do tipo batizado pelo povo de JK, cujas dependências não vão além de um quarto com janela e "kitchenette", chega a custar, em determinadas áreas da cidade, entre vinte e vinte e cinco mil cru-

zeiros mensais. Uma conclusão já pode ser tirada: quem ganha salário mínimo e tem família para sustentar não pode morar no perímetro urbano. Pagando aluguel a esse preço as famílias de operários qualificados, que percebem uma remuneração um tanto menos miserável, submetem-se a condições de conforto e higiene insustentáveis. Que dizer então dos que são explorados a vinte e um mil cruzeiros por mês? Ou vão, com os filhos, sujeitar-se aos sacrifícios das

infestas casas de cômodos ou serão inapelavelmente condenados a engrossar o exército dos favelados, alternativa, em geral, a que prevalece. Uma vaga num barracão de favela é cobrada, às vezes, à razão de três mil cruzeiros por mês. Daí o fato de muitos trabalhadores que não conseguem uma receita que ultrapasse a metade do "mínimo" já hoje dormirem nos bancos de jardins e nos vãos orvalhados de portas e janelas, como o da foto abaixo.

PODEÁ REPETIR-SE

Donas-de-casas (foto acima), durante os tristes acontecimentos de Duque de Caxias, apanham nas prateleiras de um empório de gêneros alimentícios algumas latas de conservas para a fome dos filhos. Estão bem vivos ainda os dramáticos episódios ocorridos naquela e em outras cidades fluminenses quando a população, esfomeada e enfiada, investiu contra os armazéns dos especuladores que sonhavam os gêneros para forçar aumentos de preços, saqueando-os e afastando, até com a morte, quem ousasse impedir-lhe os passos. As cenas de saques poderão repetir-se e em plena Guanabara, sem que seja necessária a prática da sonegação. Para tanto bastará que imediatas providências não sejam tomadas pelo governo para garantir aos trabalhadores um salário que lhes permita adquirir os alimentos necessários à sua subsistência.

NOVOS RUMOS

